

Império Florido do Meio

João de Barros e a sua visão quinhentista da China

JORGE BRUXO*, MARIA DE LURDES N. ESCALEIRA **

RESUMO: João de Barros, humanista e orientalista, cronista coevo da expansão portuguesa no século XVI, fala-nos da China desse tempo de encontro com novos mundos, especialmente na Terceira das suas Décadas da Ásia. Este país do Oriente extremo é tratado com enlevo, manifestando grande admiração por essas distantes terras e gentes, o que o conduziu a baptizar a China como Império Florido do Meio.

João de Barros foi nos idos de quinhentos o primeiro português a ver editar na Europa uma obra com imagens da China, tendo para isso recorrido a várias fontes, nomeadamente a documentação que lhe foi trazida directamente do país e a relatos de navegantes, missionários, comerciantes e outros aventureiros lusos que frequentaram o Oriente, como Fernão Peres de Andrade. E, por certo, Barros também trocou impressões ou conheceu os relatos de Fernão Mendes Pinto.

João de Barros tem um estilo muito pessoal, burilando a escrita de forma simultaneamente erudita e elegante, apesar do uso de longos períodos, tendo-se revelado um notável artista da língua portuguesa. Compara a China com a Europa, em vários aspectos, indicando semelhanças e diferenças resultantes dessa visão contrastiva.

Mas antes de serem referidas as imagens da China Ming construídas por Barros na sua Terceira Década da Ásia, apresenta-se uma breve nota biográfica de João de Barros e faz-se um incursão pela sua vasta e diversificada obra, que vai do romance de cavalaria à História, passando pela moral, doutrina e ensino da língua e gramática portuguesas.

PALAVRAS-CHAVE: Barros; Décadas; Portugueses; Chineses; Visão; China; Oriente

*Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluiu o mestrado em Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Macau. Publicou, como autor ou co-autor, vários artigos e livros, como *Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual* (2004) e *Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX* (2017).

Graduated in Law from the University of Lisbon, M.A. in Portuguese Language and Culture from the University of Macau. He has authored and co-authored several articles and books, namely Padre Joaquim Guerra, uma Biografia Intelectual (2004) e Portugueses no Oriente: uma narrativa dos séculos XV a XIX (2017).

**Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto e em Administração Pública pela Universidade de Macau. É mestre em Gestão e Administração Pública. Foi bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, e obteve o grau de doutor pela Universidade do Porto. É autora de várias comunicações e artigos e dos livros *Ensino da Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de mercado*, 2013, e *Portugueses no Oriente: Uma Narrativa dos Séculos XV a XIX*, 2017.

She has a Bachelor's Degree in Philosophy from University of Porto and a Bachelor's Degree in Public Administration from University of Macao. M.A. in Management and Public Administration. She was a doctoral fellow of Foundation for Science and Technology of Portugal, and holds a PhD from University of Porto. She is the author of several papers, articles and the books Tradução em Macau: dos currícula propostos à realidade de Mercado, 2013, and Portugueses no Oriente: Uma Narrativa dos Séculos XV a XIX, 2017.

HISTORIOGRAFIA

À GUIZA DE INTRÓITO¹

Desde tempos remotos, nomeadamente do Império Romano, que existem evidências de notícias europeias da Ásia², o que é compreensível na medida em que os dois continentes não despegam e sempre houve quem se atrevesse a vencer os ciclópicos obstáculos que separam a Eurásia em aquém e além Montes Urais, e depois destes os Montes Celestes e o Tecto do Mundo. Mas é a partir do século XVI, que surgem os primeiros indícios de um novo e mais profundo conhecimento europeu da Ásia, em grande parte devido aos Descobrimentos Portugueses. A partir daí, vários autores centraram a sua atenção nesse grande continente, entre os quais João de Barros (1496-1570), um notável intelectual e humanista português que viveu no zénite desse evento histórico, português, europeu e mundial.

João de Barros é, sem dúvida, um dos vultos de maior destaque no panorama intelectual português da época. A nível mundial é sobretudo conhecido como *uma das figuras mais salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil na Ásia*³, mas de facto a sua obra literária vai muito além disso.

Apesar das grandes responsabilidades advindas das suas funções em cargos complexos da burocracia real, acrescidas do envolvimento, a título pessoal, em empresas várias, como a gestão do seu património familiar, o investimento no comércio das *Índias* e a colonização do Brasil, ainda se dedicou ao estudo de informações recebidas em primeira mão e a escrever uma vasta obra que vai desde a História à Geografia, à Didáctica, à Pedagogia, à Literatura, à Gramática, à Moral e à Religião.

Nos últimos anos de vida activa, dedicou-se, afincadamente, ao estudo da Ásia, cumprindo a promessa feita ao rei de redigir uma obra histórica da *Gesta portuguesa no Mundo* de quinhentos⁴, que viria a ser uma das suas obras maiores, conhecida como *Décadas da Ásia*. De facto, João de Barros, apesar de nunca ter estado na Ásia, teve condições excepcionais de contacto cultural com este continente, incluindo, por exemplo, notícias recebidas directamente de participantes nos acontecimentos relatados, como foi o caso de Fernão Mendes Pinto e de Fernão Peres de Andrade, entre outros, e da aquisição de livros e mapas orientais, nomeadamente chineses.

Para além das informações que lhe iam chegando através dos navegadores portugueses, João de Barros empenhou-se no acesso a fontes escritas nas próprias línguas das terras e gentes que estudou, tendo-se servido de intérpretes-tradutores⁵. Esse esforço de acesso a fontes nas línguas dos povos asiáticos é relatado por Severim de Faria, seu primeiro biógrafo, quando, entre outros exemplos, afirma ter Barros mandado *vir os livros que de sua geografia se puderam haver, como foi um de Geografia da China, ... e para o interpretar comprou um Chim douto em suas letras que lhe serviu desse ofício*.

Saber o que um notável intelectual português dos alvares do Renascimento europeu, representativo daquilo que outros seus contemporâneos/conterrâneos⁷ pensavam da China, quais as imagens que faziam e que representações tinham desse longínquo país, que na pitoresca expressão de Barros é designado por *Império Florido do Meio*, é por si só motivo suficiente para se incursionar na obra deste autor, polígrafo e trabalhador incansável, com uma brilhante carreira literária, frutuosa e desenvolvida ao longo de meio século.

Severim de Faria, ao falar sobre a vida e obra de João de Barros, por várias vezes alude ao facto de este trabalhar de dia para cumprir as enormes responsabilidades dos cargos que lhe foram confiados e de dedicar as noites ao estudo e à escrita. Também realça, este autor, o facto de nunca ter tido João de Barros o descanso necessário para se concentrar na escrita e que terá sido este um dos factores que levaram a que não tivesse concluído todas as obras que Barros que disse ter o propósito de trazer à luz do dia. Ainda, segundo Severim de Faria, nos últimos anos de vida, passados na quinta de Alitém, Barros consegue ter o merecido descanso, mas acrescenta que, devido a doença, não aproveitou este tempo para concluir as obras que tinha começado ou planeado escrever.

Acresce que, apesar do forte impacto⁸ verificado com a publicação dos seus livros, tanto em Portugal como na Europa, e de se conhecerem vários estudos versando a sua vida e obra, João de Barros é, a nosso ver, um autor insuficientemente estudado, mas sobretudo menos ainda divulgado neste nosso século XXI, para mais sendo a sua obra um repositório de ricas e variadas reflexões em diversificadas matérias do conhecimento como história, geografia, política, direito, paz e guerra,

HISTORIOGRAPHY

e pasme-se, o elogio da mulher num tempo de cultura bem longe de ser feminista.

APONTAMENTO BIOGRÁFICO

João de Barros terá nascido cerca de 1496⁹, provavelmente em Viseu, não sendo por acaso que na sua obra *Panegírico da mui alta e esclarecida Infanta Dona Maria*, escrito entre 1544 e 1547, denominou essa cidade como a *mãe que me gerou*¹⁰. Não existe unanimidade acerca da data e do local de nascimento¹¹, no entanto, o mistério maior, que tarde ou nunca será desvendado, consiste em alguns documentos referirem João de Barros como nado de mãe incógnita, apenas sendo possível hipotetizar-se sobre esta questão. Mas o que se pode assertivar é o facto de ser João de Barros filho do fidalgo Lopo de Barros, nado em Viseu, onde exerceu, e exercia à data do seu nascimento, cargos oficiais, tendo sido, posteriormente, corregedor da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana e escudeiro da Casa Real. Lopo de Barros era pessoa de grande relevo social, muito considerada nos meios políticos, com influências ao mais alto nível no Reino de Portugal, e por isso João de Barros, ao ficar órfão de pai, ainda muito novo, *desde o tempo do jogo do pião*, segundo a sua própria expressão¹², em estilo muito pessoal, foi admitido na Corte como Roupeiro do Príncipe Dom João, seis anos mais novo, e aí cresceu, como protegido do Rei D. Manuel I. Foi nesse ambiente dos Paços da Ribeira que estudou humanidades e ciências, tendo tido excelentes mestres, tanto portugueses como oriundos de várias partes da Europa, onde floresciam os ideais renascentistas e humanistas, e que por isso lhe ensinaram as línguas latina e grega. Teve o privilégio de ter como colegas de estudo membros das futuras elites, entre os quais filhos do próprio rei, nomeadamente o futuro D. João III, bem como nobres da Corte. A sólida educação do jovem João de Barros teve como base as culturas clássicas da Grécia Antiga, da Roma Imperial¹³ e também Estudos Bíblicos, especialmente do Cristianismo e ainda de alguns laivos de medievalismo, na linha do pensamento de Erasmo e de outros notáveis mestres europeus desse tempo. Todo este manancial de conhecimentos se irá projectar na obra literária construída com trabalho árduo e persistente, como uma missão para as gentes do seu tempo e também para a posteridade, tendo sempre considerado isso mais

importante do que qualquer riqueza material¹⁴.

Em 1522, por nomeação do jovem Rei D. João III, João de Barros partiu para S. Jorge da Mina¹⁵, na Costa da Guiné, e aí se terá mantido durante dois anos, talvez como capitão e governador, até 1525. Regressado ao Reino exerceu, de Maio de 1525 a Dezembro de 1528, os cargos de Tesoureiro da Casa da Índia, Tesoureiro da Casa da Mina e Tesoureiro Mor de Ceuta: três cargos mas apenas um único vencimento. Residiu em Lisboa até 1530, tendo-se depois retirado, provavelmente para fugir à peste bubónica¹⁶, para a Quinta da Ribeira de Alitém¹⁷, perto de Pombal, e aí mantido devido ao estado de calamidade pós-terramoto de 26 de Janeiro de 1531.

Certamente que essa Quinta da Ribeira de Alitém¹⁸ foi local de algum do trabalho intelectual de João de Barros, um homem que não tinha na escrita o seu primeiro e fundamental modo de vida, mas que, apesar disso, nos deixou um impressionante legado, nomeadamente nos campos da História, da Geografia, da Pedagogia e da Literatura. Por isso teve de trabalhar arduamente em tarefas de gestão, como foram as de Feitor da Casa da Índia, actividades muito absorventes e de elevada responsabilidade e, simultaneamente também, nas obras de sua autoria que publicou em vida ou apenas vieram a ser postumamente editadas. E, ainda, outras que nunca foram dadas à estampa, ou que até se lhes perdeu o rasto, como foi a *Geografia*, de que as *Décadas da Ásia* dão algumas amostras. Em 1532 regressou a Lisboa e aí publicou a *Rópica Pnefma*. No ano seguinte, em 1533, foi nomeado feitor das Casas da Guiné e da Índia.

Após a descoberta oficial do Brasil pela Armada de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, determinou o Rei D. João III que o povoamento e ocupação administrativa desses espaços sul-americanos se fizessem, seguindo o modelo anteriormente aplicado aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, dividindo o território em capitánias e entregando algumas delas a particulares. No Brasil, então denominado Terra de Santa Cruz, a cada capitania correspondiam cinquenta léguas¹⁹ de costa. João de Barros pediu uma ao Rei, tendo-lhe sido outorgada a concessão da Capitania do Maranhão, mas em vista do enorme esforço financeiro indispensável para esse efeito, João de Barros aceitou a cooperação de Aires da Cunha e de Fernão Álvares de Andrade. Esta aventura colonizadora redundou em

HISTORIOGRAFIA



Mapa por João de Barros (1496-1570)...da Ásia...dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, 1615. Ind. 595,52.10, Houghton Library, Harvard University

HISTORIOGRAPHY

enorme fracasso, devido à ocorrência de um trágico naufrágio nos baixios da costa brasileira, desastre em que se perdeu a quase totalidade dos navios com cerca de 900 pessoas embarcadas e dos bens transportados. Entre os que morreram encontravam-se dois filhos de João de Barros. Mas este, em vez de se vergar ao destino, teve o gesto de mais se endividar para ajudar viúvas e órfãos a suportar os custos deste acidente trágico-marítimo. E porque o seu ânimo não esmoreceu, pouco tempo depois voltou a oferecer-se a D. João III para escrever sobre as coisas da Índia, oferta que o rei aceitou, mas sem o dispensar das suas tarefas de feitor. Começou então a escrever as *Décadas da Ásia*, trabalhando nelas nos períodos nocturnos de lazer. Mas antes que terminasse a *Década I* interrompeu este trabalho, em 1539, para se dedicar à escrita de uma gramática da língua portuguesa e de um catecismo da doutrina cristã, os quais viriam a ser editados nesse ano e se destinavam, no imediato, ao ensino de alguns malavares e congolezes que tinham sido trazidos a Lisboa para serem alfabetizados e catequizados.

Pelos cargos exercidos, João de Barros obteve vultuosas receitas, que lhe eram devidas pelo seu trabalho, tendo-as aplicado em diversos investimentos, sem, no entanto, haver feito fortuna assinalável que pudesse deixar aos seus descendentes. Antes de mais na sua quinta, foi construindo várias casas e uma capela, promovendo o desenvolvimento da agricultura e comprando algumas parcelas de terrenos contíguos, para alargar a área de plantio. Em Lisboa, onde viveu a maior parte do tempo, adquiriu vários prédios urbanos.

Mas o espírito de empresário dinâmico, que ele era, não se ficou por aí. Há notícias de ter investido nos *negócios da Índia*, nomeadamente aquando da armada de Nuno da Cunha e, também, de os negócios do Oriente terem sido lucrativos, tal como compensadora foi a sua situação profissional de alto funcionário da Coroa.

Em reconhecimento dos serviços prestados, quando em Agosto de 1567, com cerca de 70 anos, sentindo-se doente e cansado, renunciou *espontaneamente ao seu cargo de feitor (...) o rei premiou largamente o antigo e honesto feitor, atendendo ao estado da sua fazenda, que continuava aflitivo, e perdoou-lhe as dívidas em que tinha ficado à coroa, ainda provenientes da desastrada expedição ao Maranhão*²⁰. Para além disso, passou a usufruir de uma tença de 400 000 réis anuais, que lhe foi concedida por D. João III. Mas nem a ajuda do rei conseguiu evitar que morresse tão endividado que

os filhos renunciaram à herança, pois os bens não davam para assumir todo o passivo.

Reformado e já com uma idade avançada para aquela época, passou a viver na Quinta da Ribeira de Alitém, onde prosseguiu os trabalhos para ultimar a sua *Geografia*, pondo de lado outras obras ainda em curso, como a *Década IV da Ásia* e os *Livros de Comércio*. O amargurado estado de espírito de então revela-se no Prólogo à *Década IV* que deve ter sido escrito nesta época final da sua vida. João de Barros considera que os seus compatriotas não apreciaram como deviam a sua obra e ressentido-se dos amigos e familiares, por estes considerarem que ele soube gerir bem os negócios da Coroa, mas não soube enriquecer como outros tinham feito e nem sequer soube gerir bem o seu património familiar.

Apesar de activo empreendedor e de pelo seu bolso ter passado muito dinheiro, morreu endividado em 21 de Outubro de 1570, tendo sido sepultado na Capela de Santo António da Quinta dos Claros e, mais tarde em 1610, trasladado para a Igreja Matriz de Alcobaça²¹, por iniciativa de um familiar seu e afillhado, o então Bispo de Leiria D. Jorge de Ataíde.

OBRA LITERÁRIA

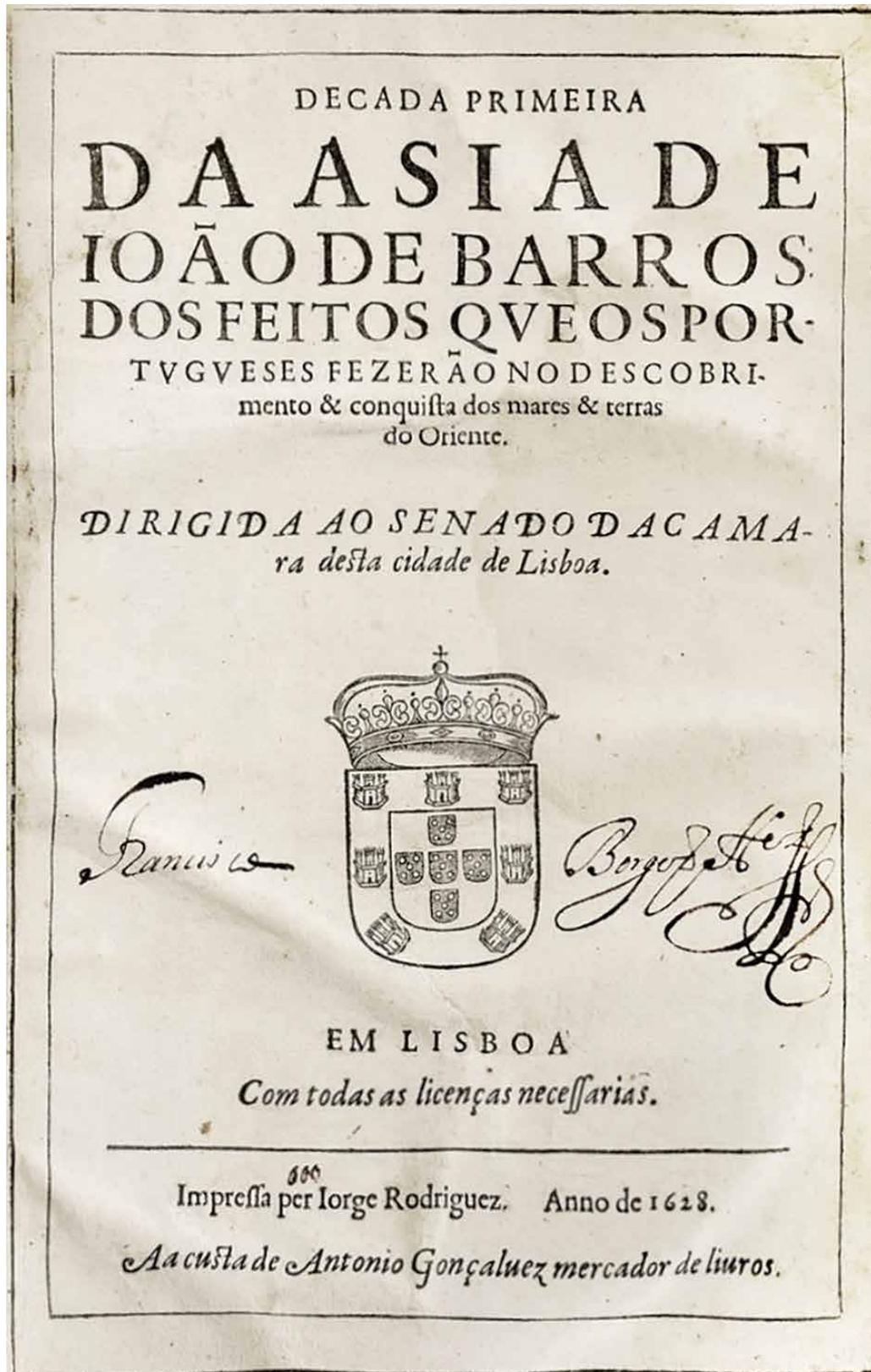
A obra literária de João de Barros, dada a vastidão, complexidade e diversidade de géneros, exige que a sua análise se faça não numa sequência cronológica mas sim agrupando-a de acordo com a sua semelhança de forma e de conteúdo.

Romance: Crónica do Imperador Clarimundo

Nos alvares do século XVI, vivia-se em Portugal o período áureo dos Descobrimentos, e especialmente a camada culta da sociedade sentia a necessidade de ser produzida uma obra literária que celebrasse e imortalizasse os feitos heróicos dos portugueses nas descobertas, conquistas, navegação e comércio, faltando apenas encontrar quem tivesse engenho e arte para o fazer. Sobre este sentimento generalizado, o próprio João de Barros escreveu no *Prólogo à Década I* que D. Manuel I *desejava estas coisas das partes do Oriente serem postas em escritura, mas que nunca achara pessoa em quem o confiasse*²².

Foi neste ambiente que, com pouco mais de vinte anos, João de Barros quis tentar afirmar-se como

HISTORIOGRAFIA



João de Barros, Ásia – Primeira década, ed. António Baião, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. III, <http://purl.pt/26841/3/>.

HISTORIOGRAPHY

interessado em responder a esta demanda, conhecendo como conhecia modelos clássicos, como as obras de Homero e de Tito Lívio. Barros revela-se, então, um intelectual, um homem de letras, tendo, em cerca de oito meses do ano de 1520 escrito a sua primeira obra intitulada *Primeira Parte da Crónica do Imperador Clarimundo donde os Reis de Portugal descendem*²³, um romance de cavalaria dedicado e apresentado a D. Manuel I em Évora, onde a Corte por vezes se instalava. Esta obra, um misto de treino e de afirmação de competência, escrita em 1520 sob os olhares amigos e cúmplices do herdeiro do trono, foi nesse ano apresentada ao Rei, tendo tido a primeira publicação em 1522.

Trata-se de uma obra que desenha uma genealogia fantasiosa do Conde D. Henrique, progenitor do primeiro rei de Portugal e que o autor dedica ao soberano e ao então príncipe herdeiro D. João, futuro rei D. João III.

Uma das figuras centrais desta história romanesca é o Sábio Fanimor que profetiza o nascimento do Reino de Portugal, cuja História é predita em prosa e até em verso. Fanimor chega a anunciar os feitos portugueses no Índico e no Pacífico, desde a costa oriental africana até à China. Trata-se efectivamente do primeiro esboço épico da História de Portugal. Este modelo literário, seguido por Barros, é depois adoptado n'Os Lusíadas.

Há notícias de que o Venturoso apreciou muito esta obra e até teria pensado em nomear Barros como Cronista-Mor do Reino, para o incumbir da escrita de uma obra monumental a consagrar os épicos feitos portugueses na descoberta, navegação e conquista um pouco por todo o mundo, mas com a sua morte tudo veio a mudar, apesar de o novo rei ser seu amigo e de essa amizade nunca ter sido renegada.

Anote-se que este romance é recheado com um enorme número de personagens e o seu enredo tem um final algo atabalhoado. É presume-se que deveria ser seguido de uma segunda parte da qual não existe notícia de ter chegado a ser escrita.

Panegíricos do Rei D. João III e de sua irmã, a Infanta D. Maria

O panegírico é mais próximo da oratória do que de outro tipo de literatura, destinando-se apenas a ser lido, e lido na íntegra, e não a ser divulgado como texto escrito, não sendo por isso de estranhar terem estas

obras sido publicadas, pela primeira vez, somente no século XVII, por Severim de Faria. Sobre o significado da palavra panegírico, escreveu o próprio João de Barros logo no início desta obra:

Não sem causa, muito alto e muito poderoso Rei e Senhor, costumavam nos tempos antigos louvar os excelentes homens em sua presença, porque dando louvor justo e manifesto ao grande merecimento das pessoas, assi os presentes, como os que viessem depois, tomassem exemplo e fizessem tais obras, com que merecessem o mesmo louvor; e para o nome dos tais ser mais celebrado, soíam nas mores festas e ajuntamentos do povo publicar os tais lowvores, que por esta razão chamaram “panegírico”, que quer dizer “ajuntamento”²⁴.

Concluído em 1533, o *Panegírico do Rei D. João III* é, no final desse ano, lido à Corte reunida em Évora. Foi postumamente publicado, pela primeira vez, em 1640. É uma obra laudatória do rei, dos respectivos antepassados, e bem assim da religião católica e de certos valores como a paz e a justiça, invocando em seu apoio a autoridade de reconhecidos filósofos e de notáveis figuras históricas. Para exemplificarmos, atentemos no seguinte extracto desta obra:

Com o mesmo respeito soía dizer Alexandre Magno que o bom rei devia sempre ter uma orelha aberta para quem quisesse acusar e a outra guardada para quem era acusado; e assim dizia que o melhor verso de quantos Homero, poeta grego, fizera, era um em que el-rei Agamenão era gabado de bom cavaleiro e justíssimo.

Aquele príncipe com muita razão deve ser chamado excelente que dá o seu a cada um²⁵ (que este é o principal ofício da justiça) e que ouve e despacha bem as partes, e que vive segundo as leis que ele mesmo ordena e que há por boas; nem pode dar muita autoridade ao direito quem em si o não quer cumprir inteiramente; por isso quer Platão que o príncipe obedeça em tudo às suas leis; e diz que onde a lei é sujeita ao rei e não o rei à lei se deve recear que aquele reino se perca mui asinha²⁶.

O conteúdo deste panegírico é recheado de muita erudição e velados conselhos ao jovem rei a quem votava forte amizade, que D. João III sempre retribuiu.

No *Panegírico à Infanta D. Maria*, irmã de D. João III, João de Barros exalta a Infanta, não sendo esquecida a ilustre linhagem desta que foi uma das princesas mais cultas na Europa do seu tempo. E entre os antepassados tem, naturalmente, destaque o pai da Infanta, o Rei D. Manuel I, sobre o qual escreveu²⁷:

(...) quam perto ele estava da glória, que por isso mereceu, despregando bandeiras, tomando cidades, sujeitando reinos, onde nunca o vitorioso Alexandre e o grande Hércules, de cujas

HISTORIOGRAFIA



Capa da Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja de João de Barros, 1539.

façanhas se espantaram os antigos, puderam chegar; achando novas estrelas, navegando mares não conhecidos, descobrindo a ignorância dos filósofos antigos, que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas. Ca, depois que seus pilotos abriram o mar Atlântico, por tantas centenas de anos cerrado (...)

A citação desta passagem do Panegírico tem o duplo objectivo de exemplificar o estilo, mas também de mostrar um texto que certamente inspirou Luís de Camões para escrever *Os Lusíadas*.

Em favor dos louvores tecidos à Infanta, João de Barros invoca filósofos e sábios bem como mulheres notáveis da Antiguidade Clássica e do Velho Testamento. São citados vários modelos femininos, por exemplo de bravura na guerra, as amazonas, e de firmeza na fé, as onze mil virgens.

D. Carolina Micaellis de Vasconcelos, na obra citada, sustenta que este panegírico foi lido em 1555, aquando do investimento da Infanta D. Maria como

Duquesa de Viseu.

Didáctica, pedagogia, gramática e doutrina

As obras de João de Barros escritas com o propósito de ensinarem a ler e a escrever têm, simultaneamente, um propósito de ensino e de doutrinação, podendo ser agrupadas em doutrinárias e pedagógico-didácticas. Perante a notoriedade destas obras, Hernâni Cidade²⁸ afirmou que João de Barros deu um contributo tão importante para o aperfeiçoamento da língua portuguesa que sem isso esta língua não seria a mesma.

Pode parecer estranho o facto de se aliar a doutrina cristã à pedagogia do ensino da língua portuguesa, no entanto João de Barros justifica essa opção afirmando que seria melhor os meninos aprenderem a ler através de textos de doutrina e de orações do que de escritos que os poderiam desviar dos princípios cristãos.

Obras doutrinárias

Em 1531, na sua Quinta, João de Barros escreveu *Ropicapnefma*²⁹, significando este título *Mercadoria Espiritual*. Esta foi a principal obra da sua juventude, um diálogo onde os interlocutores são alegorias correspondentes a noções medievais. O Tempo, a Vontade e o Entendimento querem passar, na alfândega da vida eterna, as mercadorias mundanas (sete pecados mortais³⁰), mas têm de enfrentar o controlo cerrado da Razão, que vigia a ponte da Morte. Neste diálogo, o Tempo assume o papel de moderador, parecendo esta personagem adoptar posições que se confundem com o ideário de João de Barros. Esta obra é de certo modo uma arma de combate contra o judaísmo marrano e contra o averroísmo, conforme bem nota António José Saraiva³¹, mas é também uma forte crítica, ao modo vicentino, contra os clérigos com vida inadequada ao seu estado eclesiástico. O direito e a jurisprudência são vistos pelas lentes erasmianas, assunto que é analisado por Nuno Espinosa Gomes da Silva, na sua obra *Humanismo e Direito em Portugal no século XVI*³².

O *Diálogo de Preceitos Morais com Prática deles em modo de jogo*, publicado em Março de 1540, apresenta um diálogo com fins educativos entre João de Barros e dois dos seus filhos, Catarina e António. Através deste jogo, inspirado no jogo das damas com 36 pedras, representando cada uma delas um vício ou uma virtude, procede-se ao ensino da ética.

O *Diálogo Evangélico sobre os artigos da Fé*

contra *Talmud dos Judeus*, escrito entre 1540 e 1542, assume a forma de um diálogo entre dois peregrinos que se encontraram a meio do seu diferente destino: o Evangelho que vai para Roma e o Talmude que se dirige para a Turquia. Neste livro propugna-se a reunificação do cristianismo, apoiando-se a Inquisição entretanto instalada em Portugal.

Obras pedagógico-didáticas

No que concerne à pedagogia e à didáctica foram publicadas, entre Dezembro de 1539 e Janeiro de 1540, a *Cartinha*³³ para aprender a ler, a *Gramática*, o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e o *Diálogo da Viciosa Vergonha*. Segundo Buescu (1996:52)^{33a} este conjunto de obras *constituem, efectivamente, um corpus pedagógico-didáctico, correspondendo a uma planificação conjunta e coerente. Assim, a Cartinha seria a “primeira parte”, de iniciação à leitura e à escrita, seguindo-se a Gramática como “segunda parte” e os dois Diálogos como conclusão e textos complementares de leitura.*

Os destinatários destas obras didáticas eram, como o próprio João de Barros afirma, os meninos do reino e, ainda, os estrangeiros com quem os portugueses iam contactando e que depois de terem aprendido a língua portuguesa poderiam desempenhar um papel fundamental na doutrinação dos gentios. Sobre este assunto Severim de Faria diz que Barros estava fascinado pelo facto de os Malivares, Etíopes, e outros virem a Lisboa aprender português e daí que decidiu fazer esta obra, porque aprendendo a nossa língua mais facilmente iriam espalhar a fé cristã.

A *Cartinha* era composta por uma parte preliminar com o alfabeto e as regras de pronúncia e numa segunda parte incluía textos religiosos. Seguiu a estrutura das cartinhas portuguesas do século XVI, mas, como refere C.R.Boxer³⁴, *esta cartinha do humanista manifesta, em 1530, desenvolvimentos sobre o ponto de vista didáctico e pedagógico. É digna de nota a inclusão de figuras de objectos para ensinar o alfabeto.*

A segunda parte da *Cartinha*, o Catecismo, foi mais tarde mandado imprimir pelo Padre Francisco Xavier, S.J.³⁵ que o fez distribuir no Oriente, especialmente em vários reinos da Índia, sendo muito provável que tivesse consigo alguns exemplares, quando, bem perto de Macau, em Sanchoão, na China, entregou a sua alma ao Criador. Também um convertido do Malabar, Tomé da Cruz, o traduziu em língua tAMIL, com a finalidade

de servir à catequização da Índia e de Ceilão.

A *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, publicada em 1539, tem como objectivo formar os alunos em gramática portuguesa. É uma obra destinada aos meninos das escolas e, também, aos convertidos das terras descobertas em África e na Ásia, nela se englobando o ensino da doutrina católica e da língua portuguesa. Sem dúvida que visava antes de mais o ensino das gentes das terras descobertas, tendo por isso escrito, nessa obra, que *as armas e os padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, porém não gastará doutrina, costumes, linguagem, que os portugueses nestas terras deixarem*³⁶. É, ao lado da gramática de Fernão de Oliveira, uma das primeiras gramáticas da língua portuguesa, inspirada nos modelos das gramáticas do latim, incluindo regras ortográficas.

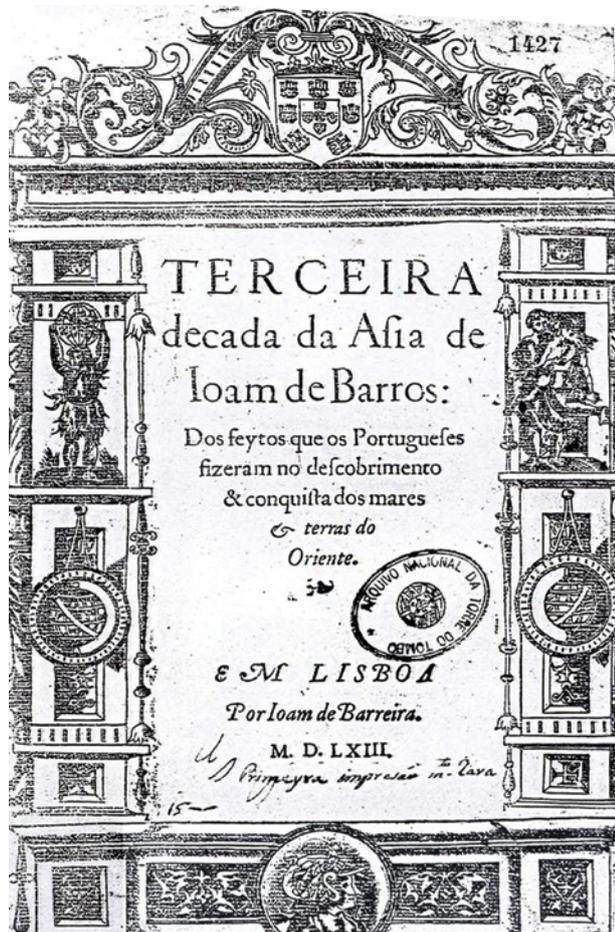
A gramática de João de Barros não parece ter surtido o impacto que o seu autor ambicionava, visto que nas escolas se continuavam a usar as gramáticas latinas e esta obra só foi reimpressa em 1795.

O *Diálogo em louvor da nossa linguagem* serve para João de Barros demonstrar as suas qualidades de pedagogo e, simultaneamente, é uma crítica aos incompetentes que exercem funções de magistério.

O *Diálogo da Viciosa Vergonha* é um diálogo com o seu filho António, que o autor publica, em Janeiro de 1540. Este tratado moral foi escrito para incutir o temor a Deus e ser fonte de sabedoria para os adolescentes. Neste texto João de Barros discorre acerca da vergonha, distinguindo-a da culpa. Charles R. Boxer³⁷ escreve o seguinte: *O humanista retoma a discussão de alguns temas da Ropica Pnema. Temos uma breve, mas curiosa, menção ao pacifismo cristão, enumerando-se também alguns “defeitos temporais” denunciados como sendo inspirados por Satanás, neles se incluindo a “conquista, navegação, e comércio”*³⁸. Podemos nós questionar se isto não é uma violenta crítica aos Descobrimientos, afinal um *Velho do Restelo anterior aos Lusíadas*, exprimindo uma forte corrente de opinião social que então se propagava na sociedade portuguesa desse tempo?

João de Barros é um profundo conhecedor da antiguidade grega, romana e hebraica, pelo que o texto inclui muitas citações de autores clássicos e das escrituras, como por exemplo S. Jerónimo, S. Paulo, Plutarco, Juvenal, Platão e Sócrates.

HISTORIOGRAFIA



João de Barros, *Ásia – Terceira Década*, ed. Isabel Vilares Cepeda, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p.n.n., <http://purl.pt/26841/3/>.

História: As *Décadas da Ásia*

Para além destas obras, João de Barros planeou escrever uma História dos Portugueses no Mundo, tendo como ponto referencial os Descobrimientos Marítimos Portugueses. E começou pela Ásia, que no seu tempo era o núcleo fulcral da Talassocracia Lusitana, dando-nos a sua visão destas terras e gentes orientais.

Os espaços físicos e humanos onde os nossos se movimentam – em viagens de exploração e comércio, em combates navais e embaixadas, em cercos e conquistas – são descritos com o maior rigor. As Décadas surgem assim não só como uma síntese de acontecimentos protagonizados pela gente lusa em terras orientais, mas também como um documentado e actualizado compêndio sobre a geografia da Ásia litoral, sobre os principais usos e costumes dos povos que a habitavam, e mesmo sobre a história de alguns

*deles*³⁹.

Como humanista, foi beber inspiração a Tito Lívio e à sua *História de Roma* organizada por décadas, mas, mesmo quando em 1552 publicou a primeira das quatro décadas, não utiliza no título esta palavra.

Este conjunto de crónicas é um trabalho historiográfico assente numa árdua pesquisa em busca da objectividade e da fundamentação, mas no entanto a sua narrativa vai ocultar aspectos susceptíveis e denegrir personalidades históricas, porque entendia que só desse modo ele cumpriria a sua função de contribuir para a educação das gerações futuras. Barros, talvez sem o saber, adopta assim uma postura algo semelhante ao da História Espelho⁴⁰, que era seguida pela historiografia chinesa desde o tempo de Sima Qian⁴¹.

Décadas da Ásia, a obra mais conhecida e emblemática de João de Barros, foi concebida como parte de uma vasta enciclopédia geográfica-histórica-económica. Compunha-se esta enciclopédia de três partes: a primeira, referente à “Milícia” (ou conquista, articulada em quatro partes: Europa, África, Ásia e S.ta Cruz ou Brasil; a segunda, referente à “Navegação” (ou Geografia); a terceira tinha por tema o “Comércio”⁴². A parte da Milícia foi organizada em *Décadas*, sendo cada uma composta por dez livros, e estes, por sua vez, subdivididos num número variável de capítulos. Na opinião de Severim de Faria trata-se de uma obra tão perfeita e louvada de todos que se tem por uma das melhores, que naquele género de escritura se compuseram⁴³.

As duas primeiras *Décadas* foram traduzidas para italiano por Alonso de Ulloa, tendo sido publicadas em Veneza em 1562.

Na *Década I*, publicada em 1552, o autor começa por revelar e justificar o esquema adoptado para esta sua obra intitulada *Ásia de João de Barros dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, bem como a razão da escolha deste título, aludindo várias vezes que algumas narrativas devem ser complementadas com as suas obras *Geografia* e *Comércio*, nas quais estava trabalhando em simultâneo. Porém esses trabalhos, porventura não completados, mas que foram vistos e apreciados por pessoas que emitiram laudatórias apreciações sobre o seu mérito, perderam-se nas brumas do passado e delas nos ficaram apenas a memória do título, algumas referências feitas pelo próprio Barros, ou partes transcritas em outros autores, um dos quais italiano⁴⁴.

HISTORIOGRAPHY

No Livro I da *Década I*, após uma referência muito breve à conquista muçulmana da Península Ibérica e da África mediterrânica, que ao terem sido Províncias do Império Romano se converteram em terras cristãs, e tratamento igual dado à reconquista dessas terras, coloca a tomada de Ceuta como continuação da Reconquista Cristã e começo da expansão marítima dos portugueses, que passo a passo fazem descobertas, iniciando-se por Porto Santo e Madeira, que o Infante D. Henrique mandou colonizar.

Este livro termina com a morte do Infante D. Henrique em *treze de Novembro de quatrocentos e sessenta e três*⁴⁵, que em Sagres faleceu, sendo sessenta e sete de sua idade.

Nos demais livros seguem-se os descobrimentos no reinado de D. Afonso V, prosseguindo com a acção desenvolvida por seu filho, o Príncipe Perfeito, em cujo reinado se vai desvendar toda a costa ocidental africana e vencer a barreira do Cabo das Tormentas, regiamente rebaptizado como Cabo da Boa Esperança, facto e feito que viriam a inspirar poetas como Camões e Pessoa.

Logo na *Década I* faz a referência à grandiosidade da China, ao seu extenso litoral, à divisão administrativa e a *El-rei da China*.

Podemos, pois, em traços gerais afirmar que a *Década I*, embora decorrendo entre 1493 e 1505, vai, de forma breve, referir os antecedentes desde a romanização e cristianização, até à islamização e reconquista cristã iniciada em 1415 com a tomada de Ceuta, no Norte de África, em que, ainda à maneira medieval, os infantes da *inclita geração* são armados cavaleiros. Porquê Ceuta? Porque esta cidade, estrategicamente situada como guarda das *Portas do Mediterrâneo*, representava para a Cristandade aquilo que Cartago tinha significado, cerca de um milénio atrás, para o Império Romano.

A *Década I* reporta a penosa descoberta do ignoto Atlântico africano e zonas costeiras do respectivo continente, bem como das ilhas, em grande maioria despovoadas, que se desenvolveu quase até finais desses anos de quatrocentos, quando uma pequena frota comandada por Bartolomeu Dias dobrou o Cabo das Tormentas, profeticamente rebaptizado como da Boa Esperança. Depois o avanço no Índico é muito mais célere, e quando esta *Década* termina, os portugueses já dominam conhecimentos suficientes para navegarem por toda a costa oriental africana até à longínqua Índia, atraídos pelo cheiro das especiarias e pelo desejo de

dilatar a fé e o império. Porém, antes da chegada dos portugueses o mundo muçulmano já comerciava no Índico, tendo-se substituído àquilo que outros povos asiáticos, nomeadamente indianos dos vários estados do continente industânico e das suas colónias insulares e chineses, já anteriormente faziam nessas paragens.

Esta é a *Década* do Grande Encontro Civilizacional Oriente-Occidente e das primeiras imagens da Ásia levadas à Europa nesta pioneira globalização encetada pelos mareantes, guerreiros, missionários e mercadores lusos e depois secundada por outros europeus, especialmente espanhóis, holandeses e britânicos. Logo aqui se fazem algumas referências à grandeza do Império do Meio, mas o que aí foi escrito sobre esse tema é muito pouco e não contém grandes novidades em relação ao que se conhecia na Europa antes dos Descobrimentos portugueses⁴⁶.

João de Barros, ao publicar a *Década I*, dedica a sua obra *Ao muyto poderoso e christianissimo principe el-rey don joan nosso senhor, deste nome o terceiro de Portugal*⁴⁷. No prólogo, iniciado com a dedicatória, faz considerações sobre a necessidade de se registarem para a posteridade os feitos dos portugueses, porque, à semelhança do tempo que não tem regresso, a fala passa mas *as letras sendo uns caracteres mortos e não animados, contém em si o espírito da vida*⁴⁸.

O autor considera que a *Nação Portuguesa é muito descuidada de si*⁴⁹ e por isso pouco se tinha, até então, escrito sobre os Descobrimentos portugueses, com excepção dos trabalhos de Gomes Eanes de Azurara relativamente à época do Infante D. Henrique⁵⁰. No mesmo prólogo escreve que tratando-se de uma tarefa de grande envergadura a planeou primeiro e, depois, por ter de trabalhar durante o dia no seu cargo oficial de Feitor da Casa da Índia, reservou parte das noites para escrever a Ásia⁵¹.

Em 1533 foi editada a *Segunda Década da Ásia de João de Barros dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, a qual compreende o período de 1506 a 1515.

Na *Década II* refere especialmente os primeiros contactos directos entre chineses e portugueses, havidos em Malaca.

Nesta obra relatam-se fragosas batalhas navais, mas também lutas em terra pela conquista ou pela defesa de posições controladoras dos mares, já que o domínio pretendido não se destinava a sustentar um império terrestre,

HISTORIOGRAFIA



Retrato de João de Barros, in Décadas da Ásia, Lisboa 1777-1778.

HISTORIOGRAPHY

mas sim o controlo dos mares através da concessão de *cartazes*, ou seja, autorizações de navegação a navios de todas as proveniências, sendo que quanto àqueles que não estivessem devidamente documentados era autorizado o curso. Entre estes episódios bélicos referem-se as conquistas de Socotorá, Ormuz e Goa, e também de Malaca e Diu, fazendo o autor descrições de geografia física e humana e afirmando que as estava desenvolvendo na sua *Geografia*, pois que João de Barros trabalhava simultaneamente em várias obras. Estas descrições fundam-se em relatos ouvidos a actores históricos que por lá passaram ou mesmo ali viveram uma boa parte da sua vida, experienciando costumes e auscultando pensamentos dessas sociedades e dessas gentes, mas também com base em crónicas hindús e muçulmanas, que foram traduzidas do sanscrito, do tAMIL, do árabe e do chinês, em alguns casos exclusivamente para uso de João de Barros. Entre essas crónicas estava *Tarigh*, que narra a História Geral da Pérsia, obra que entretanto parece ter-se perdido.

Em Malaca reportam-se os primeiros contactos directos entre mercadores portugueses e mercadores chineses, que, como adiante veremos, foram a esse nível amistosos e confrontadores de semelhanças e diferenças entre povos e civilizações antípodas.

Rui Manuel Loureiro, ao apreciar o conteúdo das duas primeiras décadas relativamente à China, escreveu o seguinte:

As notícias contidas nas duas primeiras Décadas apresentam uma imagem inegavelmente positiva da “potência, riqueza e polícia” do Celeste Império. Porém, não ultrapassam de modo algum o conjunto de conhecimentos anteriormente disponíveis em Portugal, e poderiam ter sido facilmente obtidos em Lisboa. João de Barros, apesar de alardear a posse e utilização de fontes chinesas, que teriam sido traduzidas por “hum escravo Chij” bastante culto⁵², nada adianta de novo às informações que circulavam no Reino. Aparentemente o cronista reservava a parte substancial do material asiático de que dispunha para a altura em que haveria de relatar, em futuras Décadas, a primeira expedição lusa ao Celeste Império, que fora comandada por Fernão Peres de Andrade⁵³.

A *Terceira Década da Ásia de João de Barros: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do oriente*, publicada em 1563, compreende o período de 1516 a 1525⁵⁴.

Adém, no Mar Roxo, Narsinga (Vijayanagar), Ceilão (Sri Lanka), Sião (Tailândia), Pegu (Birmânia),

Caugigu (Laos), Maldivas, Abissínia (Etiópia) e Ilhas Molucas: são alguns dos reinos que encontramos descritos nesta Década. E também aí podemos ler os primeiros relatos europeus do Império Ming, da estrutura da sua máquina administrativa, bem como da religião e cultura do povo chinês, mostrando-se João de Barros profundamente extasiado perante a imagem do *Florido Império do Meio*.

O autor conta alguns dos mais relevantes episódios deste encontro civilizacional entre Ocidente e Oriente, protagonizado por portugueses e por chineses, bem como das dificuldades então ocorridas⁵⁵.

A *Quarta Década da Ásia de João de Barros Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, é uma edição de 1615 em co-autoria com João Baptista Lavanha, que a fez a mando de Filipe III de Portugal e IV de Espanha. Assim, a *Quarta Década* apenas foi publicada 45 anos após a morte de João de Barros, depois de o original ter sido recuperado e devidamente completado pelo referido Lavanha.

Mas já em 1539, aquando da publicação da *Primeira Década*, Barros declarara expressamente ter concluído os quarenta livros das quatro décadas⁵⁶. Esta afirmação é algo estranha, a não ser que se entenda que completou o plano da obra ou o primeiro esboço dela, porquanto à data da sua morte, em 1570, apenas tinham sido publicadas as três primeiras *Décadas*, tendo-se encontrado, no seu espólio, apenas materiais seleccionados e relações parciais da *Quarta Década* e não obra pronta a ser editada. E é por isso que o seu filho Jerónimo de Barros dedica o resto da sua vida a trabalhar na *Quarta Década*⁵⁷, afirmando ter concluído uma versão, que estava encadernada e pronta para publicação. Com o falecimento de Jerónimo, em 20 de Agosto de 1586, e após várias vicissitudes, os papéis relativos à *Década IV* foram confiados a Duarte Nunes de Leão, o qual também nada publicou.

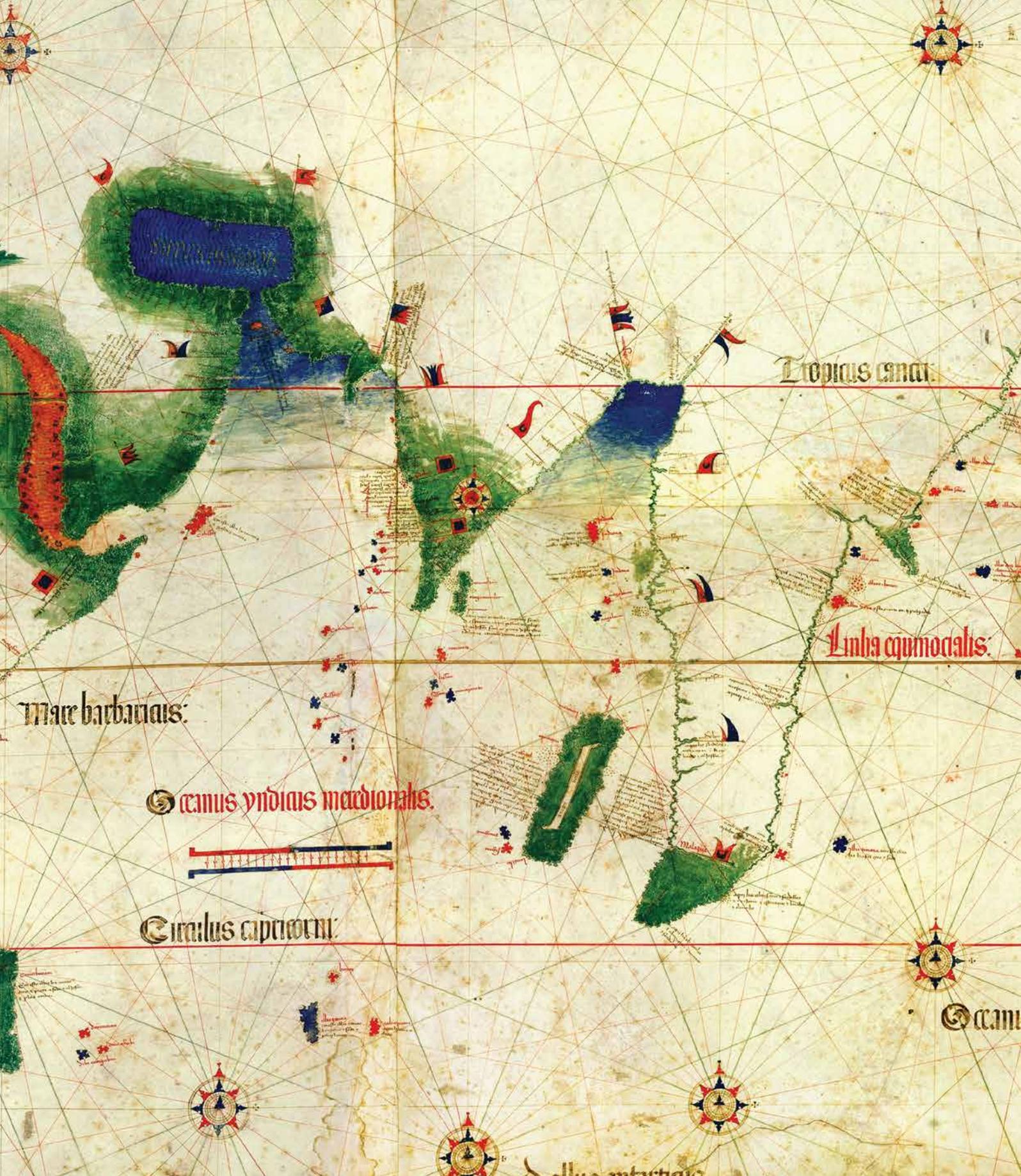
Nesta *Década* passamos por Mombaça, na costa oriental de África, por Goa e Diu no Continente Indiano, pelos sultanatos malaios, por Sumatra e pelas Molucas.

E aqui também são relatados episódios de intriga política no Governo de Goa, nomeadamente em assuntos como a sucessão de Vice-Reis ou a relação destes com potentados vizinhos.

Há indícios de, também nesta *Década IV*, João

lus arthois:

Ciaulu



HISTORIOGRAPHY

Barros pretender complementar a sua narrativa sobre a China, mas as vicissitudes da sua vida, e sobretudo da morte e da doença que a antecedeu, impediram tal desiderato.

Outras obras

Há ainda relatos de obras que se consideram perdidas, alguns inéditos e obras incompletas.⁵⁸

A *Geografia Universal (Geographia Universalis)*, escrita em latim, foi produzida em simultâneo com as *Décadas da Ásia*. Dá notícia da existência e do conteúdo desta obra um frade espanhol chamado Mariano Azaro, afirmando que João de Barros se inspirou em Estrabão⁵⁹.

O mesmo frade Azaro dá notícia do *Tratado sobre o Comércio* que diz ser melhor que a *História Natural* de Plínio. Boxer afirma que com esta obra *João de Barros era, na verdade, um pioneiro da história económica*⁶⁰.

Severim de Faria refere que João de Barros, relativamente à História de Portugal, tinha intenção de escrever: *Europa, África, Santa Cruz e Ásia*. Desta *Ásia* resultaram as referidas *Décadas*.

Na *Europa* pretendia tratar da Milícia dos Portugueses, a começar no tempo em que os Romanos conquistaram a Península Ibérica até ao Conde D. Henrique e seus sucessores. No *Prólogo da Década IV* desobriga-se desta tarefa, alegando falta de tempo e por ter encontrado contradições em alguns dos seus adversários.

A *África* resultou apenas num manuscrito incompleto que se terá perdido. Começava com a tomada de Ceuta e desistiu de o completar, alegando as mesmas razões que o levaram a desistir de escrever a *Europa*, devido às incompreensão e críticas que então lhe eram dirigidas.

Da *Terra de Santa Cruz* apenas se sabe do título da obra a escrever sobre a América em geral e o Brasil em particular.

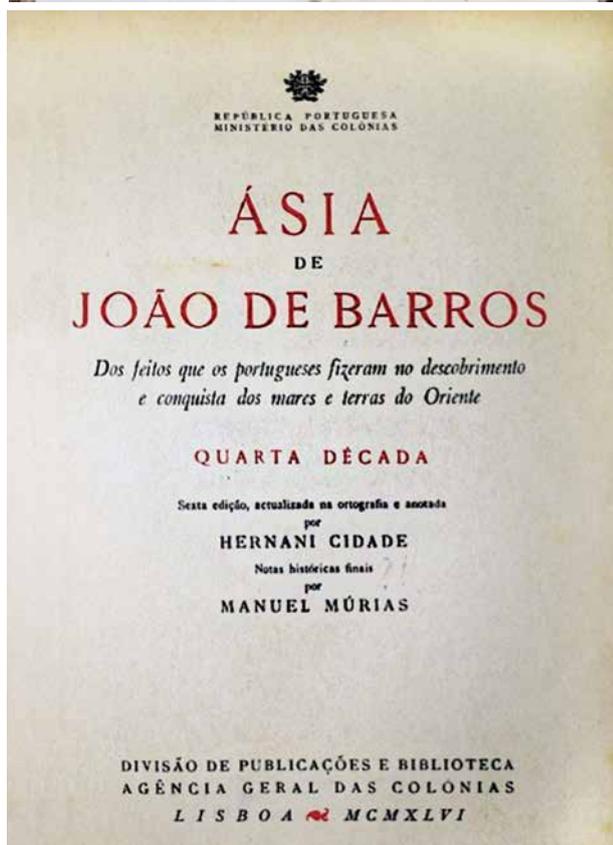
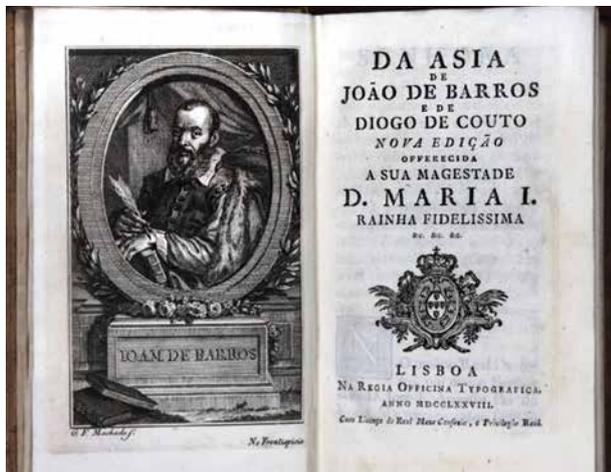
A *Esfera da Estrutura das Cousas* era um tratado de arquitectura, que desapareceu por completo, estando no entanto referido na *Década II*, Livro 1, Cap. 2.

O *Tratado de Causas ou Problemas Morais* é referido no *Diálogo da Viciosa Vergonha* e Severim de Faria afirmou que, em 1624, o manuscrito estava na posse de um familiar de João de Barros que residia em Viseu, admitindo-se por isso que possa voltar a ser encontrado.

Exclamação contra os vícios, também com o título



HISTORIOGRAFIA



de *Abusões do Tempo*, é referido no *Prólogo da Década IV* e Severim de Faria refere que foi lida por Francisco Galvão de Mendanha, um amigo seu. É dedicada ao seu amigo João Rodrigues de Sá de Menezes, defendendo-se João de Barros de acusações que lhe são feitas e até aproveita para contra-atacar. Os *Abusões do Tempo* estavam divididos

em três partes e julga-se que terá sido escrito em 1561. Esta obra ter-se-á perdido definitivamente.

História dos Reis da Pérsia, Grão Tamerlão e Prestes João, parece tratar-se provavelmente, de traduções. Há notícias de se encontrar na Biblioteca Real, mas perdeu-se, talvez no terramoto de 1755 que arrasou o Palácio da Ribeira, na baixa lisbonense onde actualmente se situa a Praça do Comércio.

VISÃO QUINHENTISTA DA CHINA⁶¹ SEGUNDO JOÃO DE BARROS

A palavra visão tem vários sentidos, como por exemplo devaneio, quimera, resultado de uma alucinação, objectivo de muito longo prazo para uma organização. Porém, neste artigo assume um sentido diferente, significando imagem, que se traduz no conjunto de vistas ou percepções criadas por uma pessoa ou grupo social sobre determinada sociedade humana⁶². Essa imagem é sempre uma criação subjectiva com efectiva ou suposta base na realidade, aproximando-se muito, pouco ou até nada do objecto que procura desenhar, mas apresentando-se sempre, ainda que pretensamente, como uma *fotografia da realidade*, por vezes com desfocagens, até porque, no caso em apreciação, a observação da realidade e a descrição são feitas através de lentes de diferente cultura. No entanto, na escrita de João de Barros, adiantamos desde já, as suas visões da China são construídas muito com base em dados concretos e objectivos, suportados por fundamentação sólida, apesar de Barros nunca ter visitado o Oriente objecto da sua pena. Apenas em muito poucos casos as imagens ou interpretações deste autor não correspondem à realidade que pretendem descrever, como é o caso das facas, garfos e colheres que os chineses usam a seu modo nos banquetes.

As imagens de um povo ou de uma região, para além de serem independentes do factor experimental, de modo algum se confundem com a realidade desse povo ou dessa região. Uma imagem da China, assim, não representa necessariamente um retrato de um país real. Pelo contrário a realidade é sempre observada através de filtros que introduzem algum efeito de distorção. Esses filtros variam de observador para observador, pois relacionam-se com a respectiva formação cultural, com crenças arraigadas, com motivações várias, com uma dada experiência de vida, enfim com um conjunto de circunstâncias históricas.

As imagens portuguesas da China, como veremos, andaram sempre estreitamente associadas às nossas vivências da

HISTORIOGRAPHY



João de Barros, 1615, in Cruz, José Marques, *História da Literatura* (pp.272-273)-in *Décadas da Ásia*.

HISTORIOGRAFIA

*realidade chinesa, nunca se afastando demasiado desse referente essencial. O que significa que os observadores portugueses não parecem ter investido demasiada imaginação nas suas notícias do Celeste Império, adoptando, de uma forma quase generalizada, um registo documental*⁶³.

As imagens da China construídas por João de Barros nas *Décadas I, II e III*, e especialmente nesta última, respeitam ao período da Dinastia Ming, que vai de 1368 a 1644. Este resultado decorre das imagens colhidas nesse tempo pelos mercadores, missionários, guerreiros, navegantes e aventureiros lusos que ganharam ou perderam a vida no Oriente a que eram atraídos por miragens de enriquecimento fácil, sede de poder ou de aventura, bem como, em alguns casos, de expiação de pecados e pecadilhos ou fuga a um ambiente de que desejavam afastar-se, e alguns impulsionados por preocupações missionárias, científicas e culturais e outros também movidos pelo fervor de bem servirem o seu rei e a sua pátria. Entre os informadores de Barros referem-se Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, que, por terem ficado cativos em Cantão, puderam viver nesta cidade durante um largo período e, nestas circunstâncias contactar com muitos chineses e até estrangeiros que aí acorriam, sobretudo para mercadejar, e assim colher informações privilegiadas e fidedignas.

Mas essa colheita de informações e saberes, no que a João de Barros respeita, emerge não só de contactos com portugueses que viveram no Oriente, alguns conhecidos por serem notáveis como Fernão Peres de Andrade⁶⁴, e outros quase anónimos como Domingos Seixas e António Fernandes, mas também do recurso a fontes documentais asiáticas e a relatos obtidos pelo contacto com nativos do Oriente que lhe forneceram informações e dados vistos à luz das suas diferentes culturas, e por vezes traduziram e explicaram os mapas e escritos com registos e comentários em línguas então desconhecidas ou apenas vagamente referenciadas no Ocidente.

Segundo confirmado por João de Barros, Jorge Álvares terá sido o primeiro mercador a chegar à ilha de Tamão, também conhecida por Lintin e hoje designada de Nei Lingding, situada no centro do delta do rio das Pérolas, a norte de Macau, no sul da China, onde se estabeleceu como negociante por conta própria. Naquela época os portugueses iam como funcionários públicos (soldados ou feitores) para a Índia e aí permaneciam entre 3 a 6 anos. Após esse período havia os que decidiam

regressar a Portugal e outros que se aventuravam pela Ásia, onde se estabeleciam por conta própria como comerciantes ou mercenários⁶⁵.

No que respeita à China, este país é visto como um grande império, como o maior e mais poderoso do Oriente. O **imperador** é visto como o soberano mais importante de toda a Ásia, filho de Deus e Senhor do Mundo, atendendo, nomeadamente, a factores como terra, povo, potência e riqueza. E isto porque o País do Meio continha em si quinze províncias, por eles chamadas de governanças, e qualquer delas era maior do que muitos reinos da Europa.

As armas imperiais são descritas como *leão rompante*: é a visão distorcida do dragão. Neste pormenor, a realidade e a visão de Barros não são inteiramente coincidentes.

Nos negócios com gente estrangeira, os chineses tinham muitos *resguardos e cautelas* e eram particularmente cuidadosos e vagarosos quando se tratava de preparar audiências imperiais, dada a grande majestade do imperador.

A audiência no palácio do imperador a embaixadores de países estrangeiros só devia realizar-se em dia de bom augúrio, escolhido de acordo com as regras da astrologia.

Esta cerimónia é descrita e comparada àquilo que na Europa de então se passava com as audiências papais em Roma, mais solenes do que aquelas que ocorriam nas cortes reais europeias. Quando um embaixador se deslocava ao Palácio Imperial, para ser recebido em audiência, num gesto de humildade, ia a pé ou em cima de um rocim com cabestro. Após chegar a um grande terreiro, em frente às casas do imperador, ficava ali parado até que vinha ter com ele o mestre de cerimónias, tal como acontecia em Roma com o Papa.

*O qual mestre em certo lugar, levando o embaixador pela mão, o fazia por de joelhos em terra e as mãos levantadas juntas, como quando louvamos a Deus, e depois debruçava a face no chão, inclinando a vista contra uma parede das casas dos Paços, onde lhe dizia este mestre que estava el-Rei. Levantado o embaixador, a tantos passos tornava mais adiante outra vez à mesma reverência, e não se chegando mais contra a parede, fazia esta adoração cinco vezes, e dali pelo o mesmo modo, vindo recuando, tornava a fazer outras cinco, até tornar onde começou a primeira, e ali era expedido, que se fosse para sua casa - e isto chamavam eles ir ver el-Rei*⁶⁶.

Quando lhe davam licença para falar e expôr o

HISTORIOGRAPHY

assunto pelo qual tinha vindo ali, então ficava de joelhos, como se estivesse a rezar a última oração, até que vinha ter com ele um homem, uma espécie de secretário, que escrevia tudo e, a seguir, o mandava embora dizendo que iria apresentar aquele requerimento ao *Senhor do Mundo*.

Relativamente à **geografia**, não só de geografia física encontramos narrativas, pois também a geografia humana foi objecto da enciclopédica obra de João de Barros, revelando ter esta tantos dados, que do seu autor se escreveu, e bem, que era no seu tempo o europeu mais bem informado de entre todos os europeus coevos.

A China é vista como o país mais oriental da Ásia de que se tem um mais exacto conhecimento circunstanciado, embora existam notícias das terras mais orientais denominadas Ilhas dos léquios e dos japões. João de Barros escreveu que a maior parte da China é lavada pelo Grande Oceano, tal como a Europa, começando na ilha de Calez. Refere ainda que a região a que na Europa se chama China começa na ilha de Ainão, ilha mais ocidental da China, fazendo fronteira com o reino de *Cachó*, na Europa chamado de *Cauchinchina*⁶⁷, na parte mais ocidental do território que é do seu estado, o mar a vai cingindo pela parte do Sul, e corre nesta continuação pelo rumo a que os mareantes chamam *Lesnordeste*, encolhendo-a quanto pode para o Norte, até chegar a um cabo o mais oriental dela, onde está a cidade de *Nimpó* que os portugueses passaram a chamar de *Liampó*. E daqui volta contra o *Noroeste e Norte*, e vai fazendo outra enseada muito penetrante levando para cima de si outra costa oposta à de baixo, com que a terra de cima fica metida debaixo dos regelos do Norte, onde habitam os *tártaros*, a que os chineses chamavam *tatas*, com quem têm contínua guerra⁶⁸.

Ainão é uma das três grandes ilhas do Oriente onde mais se pescava o alfofre e as ostras de que se extraíam pérolas.

Existe também uma referência a uma grande serra que tem início na enseada da *Cauchinchina* e se estende até à Província de *Fuquien*, separando duas zonas, ao modo que os montes *Pirinéus* separam Espanha de França. Cada uma destas regiões até constitui uma região aduaneira autónoma, pagando-se direitos daquilo que entra e sai em cada uma delas.

O *Mecom* (*Mekong*) é referido como um rio que tem a sua nascente na China, atravessa o *Camboja* e, no percurso se vai cruzando com importantes afluentes que vão engrossando o seu caudal até se tornar num

soberbo rio.

Ao descrever aspectos da **Grande Muralha da China** diz-nos que é:

(...) *uma maravilhosa cousa que tem esta região da China na travessa da sua largura, que é a longura ao respeito de como contamos a graduação da terra: que entre quarenta e três e quarenta e cinco graus vai lançado um muro, que corre de Ponente de uma cidade chamada Ochioi⁶⁹, que está situada entre duas altíssimas serras, quási como passo e passo daquela região, e vai correndo pera o Oriente, até fechar em outra grande serra, que está bebendo em aquele Mar Oriental em modo de cabo, cujo cumprimento parece ser mais de duzentas léguas. O qual muro dizem que os reis daquela região da China mandaram fazer por defensão contra os povos a que nós chamamos *tártaros* e eles *tatas* ou *tancas*⁷⁰(segundo outros *lhe chamam*), posto que além do muro contra o Norte, ainda tem estado ganhado a estes *tatas*⁷¹.*

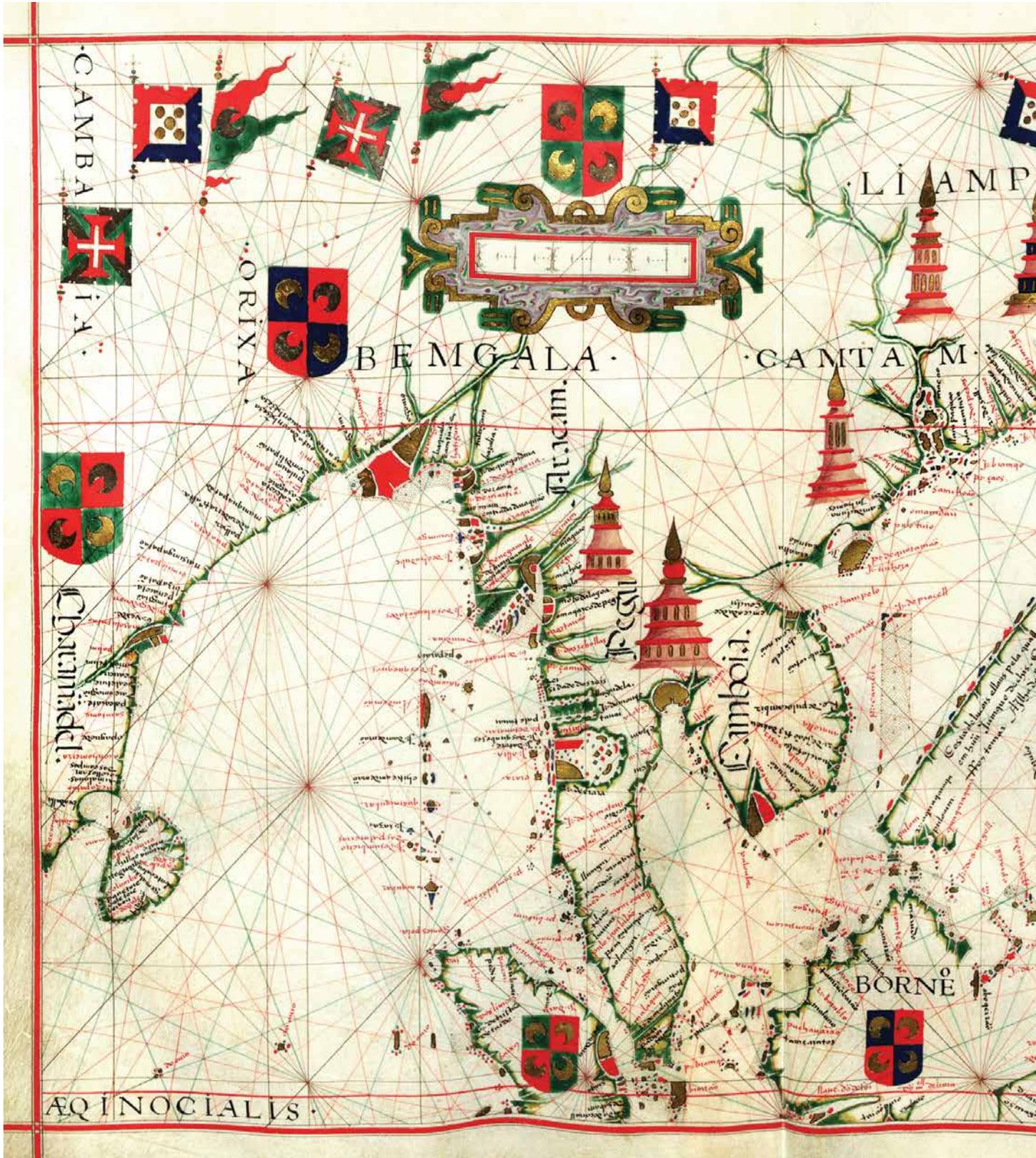
O relato desta obra grandiosa, bem no interior da China, revela que Barros tinha um certo conhecimento da fronteira norte do império chinês com os povos mongóis e manchus daquela época. Mostra ainda que Barros também tinha conhecimento da existência de cartas geográficas elaboradas pelos chineses, porque refere que a Muralha já figurava numa carta geográfica de toda aquela terra e onde estão representados e mencionados pelos seus nomes, escritos em caracteres chineses, todos os montes, rios, cidades e vilas. E sublinha que o muro tem algumas descontinuidades, facto que revela um minucioso conhecimento desta ciclópica obra arquitectónica.

As **unidades de medida**, nomeadamente de comprimento, também foram objecto da atenção de João de Barros. O *lij* é descrito como a primeira distância reconhecida pelos chineses sendo que um *lij* tem tanto espaço, quanto por terra *chá* em dia quieto e sereno se pode ouvir o brado de um homem; dez dos quais *lis* fazem um *pú* que corresponde a pouco mais de uma légua das nossas espanholas, porque dez *lij* fazem a jornada de um homem, a qual eles chamam *ychan*⁷². Segundo esta descrição, as medidas lineares chinesas não eram, assim, padrões objectivos, sendo antes caracterizadas por certa dose de subjectividade.

Barros diz desconhecer se os chineses já conhecem a medição da terra em graus, mas não se admira se isso acontecer, porque no tempo de Ptolomeu os geógrafos ainda não usavam este sistema, inferindo ele que os conhecimentos europeus nessa matéria evoluíram mas os conhecimentos chineses não.

No que concerne ao **Governo e Administração**,

HISTORIOGRAFIA



HISTORIOGRAPHY



Biblioteca Nacional de Portugal, Fernão Vaz Dourado, Atlas, c. 1576, Códice iluminado 171, <http://purl.pt/400>.

logo na *Década I*, a China é vista como um grande império com um único soberano e quinze reinos ou principados, designados de governanças pelos próprios chineses: Cantão, Foquiem, Chequeão, Xantom, Nauqui, Quinci, Quicheu, Juná, Quanci, Sujuão, Fuquão, Cansi, Xianxi, Honão e Sanci, sendo as cinco primeiras marítimas e as restantes interiores.

Uma vez mais, Barros revela ter conhecimento de uma carta geográfica da China ao mencionar que, segundo a *carta de Geografia que houvermos*, existem duzentas e quarenta e quatro cidades notáveis, todas acabadas por *fu*, e ainda as cidades de Chinchéu e Nimpó, onde os portugueses vão fazer comércio.

Barros acrescenta que *fu* quer dizer cidade e *cheu* (zhou), significa vila, comarca. Compara esta maneira de compor os nomes das cidades com o modo como procediam os gregos, dizendo Constantinópolis, Adrianópolis, para as cidades edificadas ou renovadas pelos imperadores Constantino e Adriano.

Esta organização política e administrativa revela um poder político concentrado a nível central e dividido a nível provincial, com permanente supervisão e acompanhamento por parte do poder imperial, como iremos constatar.

Assim, cada governança tem uma cidade principal, cabeça da província, que governa todas as restantes cidades da mesma província. As vilas reportam às cidades da sua área e as aldeias fazem o mesmo relativamente às vilas. Os governadores principais que presidem a cada uma das governanças residem na cidade principal e é nesta que devem ser apresentadas todas as apelações de qualquer tipo de caso, *ou seja do estado e justiça, ora da fazenda, ora da guerra*⁷³.

Quanto aos cargos mandarínicos, João de Barros diz-nos que os principais são o *tutão* (dutang), o *concão* (zonguan) e o *chumpim* (zongbing). O *tutão*, também designado pelos portugueses como vice-rei, era a autoridade mais importante da província, o governador desta circunscrição político-administrativa. Uma das suas principais competências era presidir ao governo provincial e administrar a justiça. O *concão* tinha a seu cargo o regimento da fazenda. E o *chumpim* era o capitão geral da guerra.

Estes governantes habitavam em casa própria, a principal da cidade, destinada a esse fim, e tinham às suas ordens numerosos oficiais que os serviam. Estes três titulares do governo provincial reuniam-se

HISTORIOGRAFIA

em certos dias de cada mês e nessa ocasião cada um comunicava aos outros os assuntos mais importantes da sua área, para desta forma poderem consultar os outros e obter conselhos que lhes permitiam tomar decisões mais maduras sobre os vários assuntos do governo da província.

Relativamente ao mandato destes grandes mandarins provinciais, esses cargos não eram hereditários, em regra não duravam mais do que três anos e, por vezes, durante esse tempo eram destituídos. Quando era por uma culpa leve eram mudados para outro lugar, mas se as culpas fossem graves eram seriamente punidos, podendo ser castigados com a pena de morte, por um magistrado, censor, comissário imperial chamado *ceui* (yushi).

O *ceui* era o inspector que fazia devassas aos governos provinciais e era provido de importantes competências, podendo destituir, promover e transferir mandarins provinciais, que temiam a sua intervenção. O *Pio* era o comandante naval de certa localidade, *como entre nós o ofício de Almirante do Mar*.

Para provimento dos cargos mais importantes o imperador elegia, entre todos os que o rodeavam, um em quem confiava e dava-lhe a beber três vezes do vinho que usavam na China, sendo este gesto uma forma de juramento e de menagem. Depois enviava-o, por exemplo, como governador de uma província, dando-lhe jurisdição e autoridade para julgar e, castigar os crimes. Isto era feito no máximo segredo e embora sendo-lhe dadas provisões imperiais, estas apenas determinavam que lhe deviam obedecer, mas não indicavam o lugar para onde o governador ia, para que os oficiais que escreviam as provisões não ficassem a saber. Essa ordem só lhe era verbalmente transmitida. Quando chegava à cidade para onde era enviado, no anonimato, começava a ver e a ouvir tudo sobre a forma como os oficiais desempenhavam os seus cargos e, no dia em que os três governadores se reuniam, ele apresentava-se como um homem vulgar que ia requerer algo. Era então que apresentava as provisões e, nessa ocasião, os governadores abandonavam as suas cadeiras e o *ceui* subia a uma cadeira para proferir a sentença e se houvesse castigo era imediatamente aplicado. O *ceui* nomeava novos oficiais e aos que tinham servido bem mudava-os para outros lugares de mais confiança.

Para além destes havia outros cargos, como por exemplo o *puchanci*, incumbido da tesouraria provincial.

A organização burocrática do Império fascina os

europeus, porque são cargos amovíveis e sobre eles é exercida uma supervisão apertada que, nestas primeiras visões, julgam eficaz, mas nos séculos seguintes os europeus vão verificar existir um abismo entre a aparência e a realidade, minada pela venalidade e pela corrupção⁷⁴.

Relativamente à **justiça** João de Barros diz-nos que, tal como em Portugal há juizes de fora, também na China os oficiais da justiça não podem ser naturais da terra, mas estrangeiros, para que possam fazer justiça de forma igual para todos e sem se deixarem influenciar pelos laços familiares, de amizade ou de compadrio. Para ilustrar esta ideia, Barros relata um julgamento e condenação de rebeldes: o imperador, ao regressar de uma visita de inspecção ao Sul, em Janeiro de 1521, antes de entrar em Pequim, capital do império naquela altura, parou num lugar a duas léguas desta cidade para julgar um caso de um parente que tinha amotinado uma província para se levantar contra o imperador. O réu foi condenado à morte, primeiro como ladrão que se juntou a outros ladrões para roubar a terra e por isso devia ser enforcado; depois foi acusado de traidor e condenado a morrer queimado, porque a traição pune-se com fogo, para que não fique qualquer *memória na terra dos ossos do culpado*.

No que diz respeito à guerra, os capitães devem ser naturais da sua própria terra porque o amor à pátria os fará aplicar-se com mais afínco para a defender.

As **idades chinesas**, pelo menos no seu núcleo *intra muros*, eram construídas de acordo com um modelo padronizado que demonstrava uma disciplina urbanística característica da China e dos países vizinhos influenciados pela sua cultura. Por isso, descrita uma cidade antevemos, como no seu aspecto geral, poderão ser as demais cidades, daí decorrendo um reforço da já de si grande importância da imagem que nos é relatada acerca de Cantão, a maior cidade mercantil do sul da China.

A descrição da **cidade de Cantão** é feita a várias vozes, por portugueses que lá estiveram, especialmente Fernão Peres de Andrade e um dos seus homens, um tal António Fernandes.

Além dessas informações, também foi facultado a João de Barros um debuxo (esboço) do mapeamento dessa cidade, capital da província limítrofe de Macau. Situada na margem de um rio navegável e coalhado de batéis, tem à entrada da barra algumas pequenas ilhas

HISTORIOGRAPHY

povoadas por agricultores. A cidade está implantada quase no meio de um campo chão e gracioso. Dentro de muros, quase no meio dela, fica uma elevação, *que parece uma teta*, na qual foi edificado um sumptuoso templo, de onde se pode admirar a cidade muito formosa. Aí existem ainda outros templos, mais recatados, e bem assim muitas casas térreas.

O perímetro da muralha da cidade seria de mais de 3 milhas⁷⁵. Este número foi obtido por um tal António Fernandes, um homem aventureiro e curioso que acompanhava a expedição de Fernão Peres de Andrade, que numa noite em que havia uma grande festa de luzes na cidade (certamente o conhecido Festival das Lanternas, celebrado no dia 15 do primeiro mês lunar e que, por exemplo, em 2019 aconteceu no dia 19 de Fevereiro) correu em cima da muralha e contou 90 torres de vigia, fazendo assim um cálculo por estimativa. A muralha era um grosso muro de terra batida, mais largo na base do que no topo, tendo no meio um terço da largura da base. Por cima, *por onde se corre todo será mais vinte palmos, tendo sido feito com entulho que saiu de um grande fosso muito largo que circunda a muralha*⁷⁶, ficando, entre a muralha e o fosso cheio de água, um espaço tão largo que poderão ir a par seis homens a cavalo, e por dentro do muro outros tantos, de forma que se possa *todo ver e servir de dentro e de fora, sem algum edifício de casas lhe fazer nojo*⁷⁷. Em cada uma das torres há uma espécie de guarita coberta do sol e da chuva e onde todas as noites, por ordem da cidade, *estão sentinelas que vigiam*.

Faz referência às casas apalaçadas, dizendo que era usual os nobres terem grandes aposentos, com pátios, alpendres cobertos e jardins e que todas as outras casas, pelo menos na cidade de Cantão e em todos os lugares marítimos que os portugueses conheceram, eram térreas. No entanto, diz haver notícias que afirmam existirem edifícios sobradados nas províncias situadas mais a norte.

Na cidade não há homem do povo que não tenha uma ocupação, por isso, não existem pedintes, porque todos, *ou com os pés, ou com as mãos ou com a vista*, trabalham para ganhar o sustento. Faz notar que na cidade vivem mais de quatro mil cegos, os quais se ocupam em *moer nas atafonas em mós de braço*, tanto de trigo como de arroz.

Barros promete relatar no livro de Geografia, que tem planos de vir a escrever no futuro, as restantes *coisas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes* por

considerar que já tinha dito o suficiente para se entender o que Fernão Peres tinha experienciado naquele lugar.

O que faz esta cidade mais formosa na ordem das casas é ter duas ruas feitas em cruz, que tomam as quatro portas da cidade, das sete que tem de serventia, e assim estão direitas e compassadas, de tal maneira que quem se põe numa porta pode ver a outra defronte. A partir destas duas ruas são ordenadas todas as outras, e à porta de cada casa está plantada uma árvore de folha perene, somente para sombra e frescura; e como estão alinhadas com tanta exactidão, a partir de uma se pode ver todas as outras. Nas sete portas que servem a cidade há sete pontes de pedra e cal, e cada porta tem uma torre com a entrada constituída por três portas, pelo que passando uma fica defendida pela seguinte; e se alguns barcos querem ir por debaixo da ponte, bem o podem fazer, que o canal tem altura para ser navegado, mas há-de ser indo os barcos desmastreados. Em cada porta da entrada da cidade há um capitão da guarda, coadjuvado por guardas, que têm como função só deixarem entrar os naturais e conhecidos, mas mesmo estes não podem levar armas porque estas só podem ser usadas pelo pessoal da guarda da porta. No exercício destas funções, em Portugal também só os soldados podem usar armas. A gente estrangeira, que ali vem ter das outras províncias e de fora da China, fica num arrabalde da cidade, mas de todos é necessário saber de onde são e porque vieram e no caso de ser vadio deve ser preso imediatamente.

Algumas das outras povoações possuem mais de 3 mil habitantes, não fazendo a divisão entre vila e aldeia em *razão de muitos ou poucos povoadores, somente porque as vilas são cercadas de muro, como as cidades, e mais tem suas insígnias, assim na administração de justiça, como nas outras cousas do governo da terra e preeminência de honra*⁷⁸.

João de Barros descreve as **povoações flutuantes** dizendo que quase a maior parte destas províncias, principalmente as marítimas, são retalhadas com rios, alguns de água doce e outros são esteiros de salgada, que entram muito pela terra; *e por ser terra muito chá o marítimo dela, parece alagadiça, não o sendo; mas por indústria dos naturais trazem o habitado dela à maneira de um pomar regado*⁷⁹. Por este motivo, há muitos tipos de barcos nestes rios e os barqueiros, como o barco é toda a sua herança, trazem tudo no barco, mulher, filhos e fazenda, parecendo que há tanta gente em terra como na água. Os barcos têm uma parte coberta, como se fosse a casa, e outra parte coberta destinada aos passageiros e

HISTORIOGRAFIA

que serve para os defender das intempéries. Para além disso, todos os rios grandes e largos possibilitam a navegação nos dois sentidos e estão juncados de outros barcos, semelhantes a lojas de comércio, onde se podem encontrar todos os produtos e artigos que estão à venda nas cidades.

Barros destaca de forma muito peculiar a característica dos chineses que habitam nestas cidades flutuantes, dizendo que fazem tudo para sobreviver: *é gente que por indústria de ganhar de comer não há coisa que não invente*. Acrescenta que não existe nenhum homem do povo que não tenha ofício e, por isso, não existem pobres a pedir esmola, *porque todos, ou com os pés ou com as mãos ou com a vista, hão-de servir para ganhar de comer*⁸⁰.

Assinala diferenças entre **chineses do norte e do sul** do país, ao escrever que as pessoas de Cantão quando comparadas com as do norte é como quando se coloca lado a lado pessoas africanas e alemãs e isto verifica-se *no parecer, na alvura e no traje, como no tratamento de sua pessoa, de maneira que os debaixo parecem escravos dos de cima*. Somente por respeito do comércio, nesta cidade de Cantão a gente se trata bem, e é rica no seu modo: *ca, por razão dele, concorrem das outras províncias do sertão*⁸¹ *muitas mercadorias de toda a sorte e assim de diversas nações deles, que já variam a língua natural de Cantão, posto que entre si se entendam quase ao modo dos gregos, contraindo os vocábulos uns mais que outros*.

*Geralmente são homens delgados em todo negócio, principalmente em o da mercadoria; e nos da guerra muito astuciosos, e que em artificios de fogo para guerra naval, pela experiência que os nossos têm, não têm inveja aos da Europa*⁸². Barros afirma que quando os portugueses chegaram à China já este país tinha artilharia, mas que após terem visto a artilharia portuguesa logo viram como se fazia, porque eles são excelentes fundidores, *que lavram o ferro em vasos do serviço de casa, como vemos o latão de Nuremberga, e é levado per mercadoria por todas aquelas ilhas do Grande Oriente*⁸³.

O estilo de vida das classes sociais melhor posicionadas na sociedade tem a ver com vários aspectos, nomeadamente referentes à habitação e aos banquetes.

Relativamente aos **banquetes**, refere que gastam *tanta substancia como tempo* nestes constantes banquetes que duram dias e noites, *de maneira que lhe não chegam flamengos nem alemães*.

Quando se trata de grandes festas, há tudo para

alegrar as pessoas: *tudo o género de música, de volteadores, de comédias, de chocarreiros*⁸⁴, *e de toda a outra deleitação*. *O serviço do qual comer é o mais limpo que pode ser, por ser tudo em porcelana muito fina, posto que também se servem de vasos de prata e ouro, e tudo comem com garfo a seu modo, sem por a mão no comer, por miúdo que seja*. *Porém tem uma diferença dos banquetes de cá, porque de dous em dous tem uma mesa pequena, posto que na casa haja cinquenta convidados e a cada sorte de iguarias há-de vir serviço novo de toalhas, pratos, facas, garfos e colheres*⁸⁵.

Nestes banquetes, os homens são servidos por mulheres solteiras que vivem deste trabalho e que Barros diz serem *quase chocarreiros*, porque durante todo o tempo em que servem à mesa elas vão fazendo gracejos, no que são acompanhadas por outros *menistres* que são contratados para animar o banquete.

As mulheres próprias, esposas, não participam nestes banquetes, mas convidam as amigas para banquetes no interior das casas onde os homens não podem entrar, a não ser alguns cegos que são chamados para cantar e tocar.

João de Barros, além dos paralelos banquetes femininos, registou outras questões relativas à **mulher chinesa**, escrevendo que *as mulheres são de bom parecer em seu modo e tratam-se muito bem, e eles são tão ciosos delas que poucos lhas vêem, e quando hão-de ir fora, vão metidas em andas*⁸⁶ *todas cobertas de seda, em colos de homens, rodeadas de servidores*⁸⁷. Geralmente têm duas ou três mulheres mas só a primeira é tida como legítima na estimação. As mulheres vestem-se de forma muito delicada e agradável, como aliás os homens.

E, referindo-se às solteiras na cidade de Cantão, João de Barros escreve que as regras e a prudência da terra ditam que as mulheres solteiras vivam fora dos muros da cidade para *não corromper a honestidade dos cidadãos*.

Quanto às técnicas de construção e reparação naval, nota que *há abundância de tudo naquela terra* e acrescenta que *na ilha de Tamão há mais recursos do que na ribeira de Lisboa*. Nessa ilha lançava-se *lapez*⁸⁸ nas naus e navios, o que se passou a fazer em Portugal. Os portugueses também imitaram a construção de varandas sobre a popa fora do corpo da nau.

A indústria e o artesanato estão tão desenvolvidos que é de registar a perfeição dos produtos fabricados, sejam em metal, barro, madeira, tecidos de linho, algodão ou seda.

Relativamente aos transportes terrestres, *têm*

HISTORIOGRAPHY

carretas à vela nos lugares de campina, as quais governam como podem fazer a um barco por um rio, onde a gente caminha ao modo dos carros de Flandres e Itália, posto que têm outros de cavalos⁸⁹.

A técnica de impressão também despertou a atenção de Barros, tendo realçado o facto dos chineses produzirem livros com impressão ao contrário dos outros países, onde, tal como é hábito dos portugueses, escrevem da esquerda para a direita. Naquela época já existiam na China grande oficinas de impressão xilográfica.

Quanto à fundição refere que lavram o ferro em moldes de cerâmica. Esses objectos de ferro são vendidos por todo o Oriente, mas *por ser ferro pedrês quebra como vidro⁹⁰.*

Barros compara os **serviços postais** da China com os de Portugal, mas refere que existe uma diferença na forma dos correios se fazerem anunciar, já que na China o povo era alertado pelo som dos guizos dos cavalos e em Portugal era tocada uma corneta. Refere, ainda, que para isso os cavalos estariam ataviados um pouco à semelhança do que era habitual fazer-se em algumas partes de Espanha.

A **venda de pessoas** é descrita como uma realidade então existente e, mais que isso, como uma instituição jurídica que enquadrava esse comportamento social e não pode ser por vista por nós numa perspectiva anacrónica.

Quando um pai quer vender um filho tem que ir ao juiz e comunicar-lhe essa necessidade. Se não houver outra forma de resolver o problema, então o escrivão faz, perante o juiz, uma carta de venda, em nome dos pais que vendem o filho e cada um deles, ou apenas um, no caso de ser viúvo, assina, assinalando o seu consentimento na venda. *E por sinal da escritura, o escrivão faz seu ordinário*, e o pai *do moço* tinge a mão direita com tinta grossa, do tipo da que em Portugal usavam os impressores, e coloca-a em cima da carta, para imprimir a mão toda, e faz o mesmo com a planta do pé direito e a mãe faz também o mesmo ritual. Após fazerem isso, ambos recebem o dinheiro e entregam o filho. E o credor, de modo semelhante, leva o devedor a juízo, assina a escritura em como se dá por cativo em virtude das suas dívidas, ou no caso de ser uma pessoa que se vende a si mesma então declara a quantia, tendo como finalidade posteriormente pagar essa quantia, que deve ou recebe, e reaver a sua liberdade.

A **religião** na China não é um assunto ignorado, embora não tenha tido um grande desenvolvimento. João de Barros refere-se à formosura dos templos, certamente construções budistas onde se acumulavam muitas pinturas e esculturas, mas também templos e varelas taoístas. Também relata o modo discreto e a santidade dos religiosos e dos seus importantes laços com o ensino e o desenvolvimento da ciência.

O bom desenvolvimento da **astrologia** é registado por João de Barros, referindo que os chineses dividem o orbe terrestre em, *graus para uso dos seus Horóscopos quando usam da astrologia de que são grandes homens⁹¹.*

Dividem o tempo em meses lunares, usam os signos do zodíaco e possuem muitas informações sobre o movimento dos corpos celestes.

João de Barros também refere que alguns povos vizinhos foram influenciados e observam, em parte, a religião dos chineses. Por conseguinte, a **China fora da China** não escapa à observação de João de Barros. Efectivamente, constata-se a presença de mercadores chineses pelas terras e mares do Pacífico, ao tempo em que os portugueses começaram a andar por ali, o que é reportado por Barros, nomeadamente no porto da cidade de Patane, do reino do Sião (actual Tailândia), onde então concorriam muitas naus de chineses, léquios, iaios⁹² e de todas aquelas ilhas vizinhas por no trato do comércio ser muito famosa e, agora por causa dos portugueses, com a tomada de Malaca, muito frequentada de toda a mercadoria daquelas partes⁹³. Aliás, João de Barros regista que foi em Malaca que se efectuaram os primeiros contactos directos de portugueses com chineses.

Porém, nos mares e terras do Índico os portugueses apenas constataram evidências históricas da passagem dos chineses por essas bandas. Aí senhorearam, nomeadamente, a Costa do Coromandel, parte do Malabar, da Ilha de Ceilão⁹⁴ e do arquipélago das Maldivas. A presença chinesa é aí sinalizada pela tradição oral, por grandes edifícios por eles construídos, por vocábulos de origem chinesa e até por comunidades de sino-descendentes.

Em Meliapor, cidade depois denominada S. Tomé de Meliapor⁹⁵, tiveram os chineses *a maior habitação sua de que hoje parece ainda existirem grandes edifícios seus⁹⁶.*

A ilha que então se chamava **Ceilão** e hoje tem o nome oficial de Sri Lanka, teve, segundo Barros, muitos nomes no decurso da sua longa história. Refere que,

HISTORIOGRAFIA

segundo conta o escritor romano Plínio⁹⁷, no tempo do imperador Cláudio, a ilha chamava-se Taprobana, sendo este o topónimo por que também é referida n'Os Lusíadas de Luís de Camões.

No tempo da presença efectiva da China em Ceilão, que Ptolomeu chamava de Simae, afirmava-se na costa oriental da Índia que a ilha era chamada Simódi, uma corruptela de Seramdib, o nome com que os árabes e os persas denominavam essa ilha em forma de lágrima, situada defronte do Cabo Camorim, apresentando-se quase em figura oval, com cerca de 78 léguas de comprimento e 44 de largura, estando tão próxima do continente indiano que a ponta insular mais próxima de terra ficava apenas a cerca de 16 léguas.

Segundo o registo de João de Barros, conforme contam os seus letrados, pessoas com memória das coisas antigas, a origem do topónimo Ceilão remonta ao tempo em que os chineses conquistaram aquelas terras e aí estiveram em busca de especiarias. Constava-se que, certo dia, no caminho de ligação marítima entre essa ilha e a terra firme, com tão mau tempo que bem se poderia considerar a encenação adequada do mito⁹⁸ grego de Cila e Caribdes⁹⁹, os chineses sofreram o naufrágio de 80 embarcações à vela, no perigoso estreito semeado de leixões que liga a ilha ao subcontinente indiano. A partir daí os chineses passaram a designar aquele local por Chilão, que para eles significava perigos ou perdição dos chineses¹⁰⁰.

Chingalas era o nome dado às colónias e à língua das comunidades de sino-descendentes espalhadas pelo Coromandel, Malabar e Ceilão.

O império chinês conquistou por dentro da terra, até vir ter ao reino de Pegu¹⁰¹, no qual ainda hoje se podem encontrar obras feitas pelos chineses: letras, sinos de metal de notável grandeza, bombardas, sendo estas últimas, segundo Barros, usadas primeiro pelos chineses antes de nós. E num campo no reino de Ava¹⁰², ao norte de Pegu, entre as cidades de Piandá e Mirandu, achavam-se grandes ruínas de uma cidade que eles ali edificaram. E não somente estes reinos nomeados, mas ainda quantos compreendem em si o grande reino de Sião e os reinos de Melitai, Bacam, Chalam, Varagu, que ficam ao norte de Pegu, com outros do interior da terra que com eles vizinham. Todos de alguma maneira observam e guardam parte da religião deles, chineses, e o conhecimento da ciência das coisas naturais, contagem do ano por meses da lua, doze signos

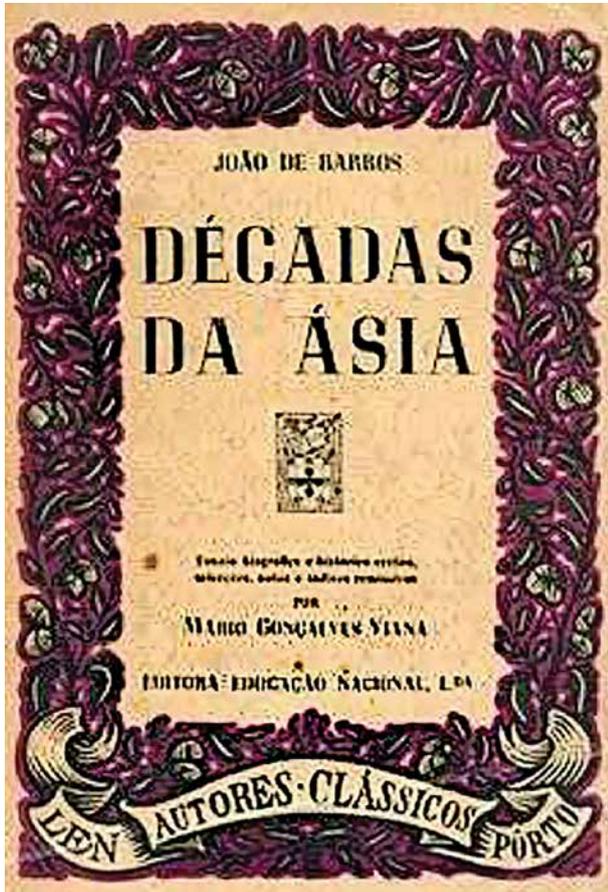
do zodíaco e outras notícias do movimento dos corpos celestes. Porque no tempo que foram conquistadas pelos chineses aquelas partes, deixaram semeados os seus conhecimentos, religiões e costumes. E ainda em modo de reconhecimento de todos estes reinos que tinham sido conquistados por aquele império da China, até ao tempo de João de Barros, de três em três anos, os reis deles lhes mandavam seus embaixadores com algum presente¹⁰³. Estes embaixadores sempre haviam de ser mais de quatro, porque, primeiro que chegassem à corte do grande imperador da China, a tamanha distância do caminho e o longo tempo necessário em serem ouvidos e despachados era tanto, que primeiro morriam alguns deles; e quando a doença os não matava, em algum banquete lhes davam coisa com que os envenenam. Ao embaixador falecido faziam uma sumptuosa sepultura com letreiro, em que se continha quem era e por quem fora mandado, tudo para perpetuar a memória e grandeza do seu império.

Retratando o sistema de **comércio tributário**, João de Barros diz haver um grande controlo que não permite que entre, por terra ou por mar, nenhum homem naquele reino. Os raros casos de estrangeiros que conseguem entrar, para tratar de algum assunto importante ao serviço del-rei, fazem-no com o nome de embaixador e são vigiados em todos os seus movimentos por pessoal a quem foi ordenado que os seguissem para todo o lado. Por seu turno, os comerciantes que pretendem entrar na China por terra precisam juntar-se em grupo e escolher um de entre eles para chefiar o grupo, designando-o de governador, porque só desta forma conseguem fazer trocas comerciais na China.

Também os chineses não podem navegar para o exterior e, mesmo¹⁰⁴ os que vivem em *ilhas pegadas na terra firme*, quando querem sair têm de pedir licença ao regedor, dar uma *fiança* de que irão regressar dentro do prazo estabelecido, sempre no mesmo ano em que se iniciou a viagem, e não podem levar navio que ultrapasse as cento e cinquenta toneladas. Um pedido de licença para maior navio é interpretado como a vontade de ir para longe do reino e isso será razão para ver recusada a licença.

Assinala que quando alguns estrangeiros chegam por mar a estas ilhas e por lá permanecem, meio escondidos, as pessoas de terra vêm ter com eles para fazer trocas comerciais, comprar e vender, sendo esta a prática usada naquela época pelos portugueses. Ao

HISTORIOGRAPHY



João de Barros, *Décadas da Ásia*. Editora Educação Nacional, 1940.

referir que os chineses *ficaram de guerra connosco*, diz que isso se deve às obras de alguns, mas não de Fernão Peres de Andrade, porque este *assentou paz e amizade com os chineses*.

Barros compara a tentativa de expansão chinesa com a dos gregos, cartagineses e romanos, tendo realçado que os chineses foram mais prudentes do que estes povos, porque apesar dos sucessos das conquistas terrestres e marítimas, quando foram à Índia nunca se distanciaram muito do seu país para conquistar terras alheias, correndo o risco de perder a pátria. Os chineses não quiseram correr o risco de tal dano e, ao ver que a Índia lhes consumia muita gente e *muita substância*, o *rei* considerou que não deviam investir na conquista do alheio quando na sua terra havia ouro, prata e outros metais, bem como muita riqueza natural; e também eram detentores de grande *mecânica* que todos tomavam deles e eles de ninguém. O imperador tomou uma atitude pragmática de defesa e decretou que todos recolhessem

à China e que ninguém navegasse para aquelas paragens, porque os que ousassem desobedecer seriam castigados com pena de morte. Com estes comentários, Barros parece dar voz aos muitos *velhos do Restelo* que então existiam em Portugal e eram críticos da expansão ultramarina, sustentando que o desenvolvimento desta era a perdição do reino.

O **sinocentrismo** é revelado em vários passos das *Décadas*, como por exemplo: assim como os gregos consideram todas as outras nações como bárbaras, assim os chineses dizem que eles têm dois olhos de entendimento acerca de todas as coisas; e que nós os da Europa, depois que nos comunicaram, temos um olho; e todas as demais nações são cegas. E verdadeiramente quem vir o modo de sua religião, os templos desta sua santidade, os religiosos que residem em conventos, o modo de rezar de dia e de noite, seu jejum, seus sacrifícios, os estudos gerais onde se aprende toda a ciência natural e moral, a maneira de dar os graus de cada uma ciência destas, e as cautelas que têm para não haver subornações, e terem impressão de letra muito mais antiga que nós, e sobre isto o governo de sua república, a mecânica de toda a obra de metal, de barro, de pau, de pano, de seda, haverá que neste gentio estão todas as coisas de que são louvados gregos e latinos.

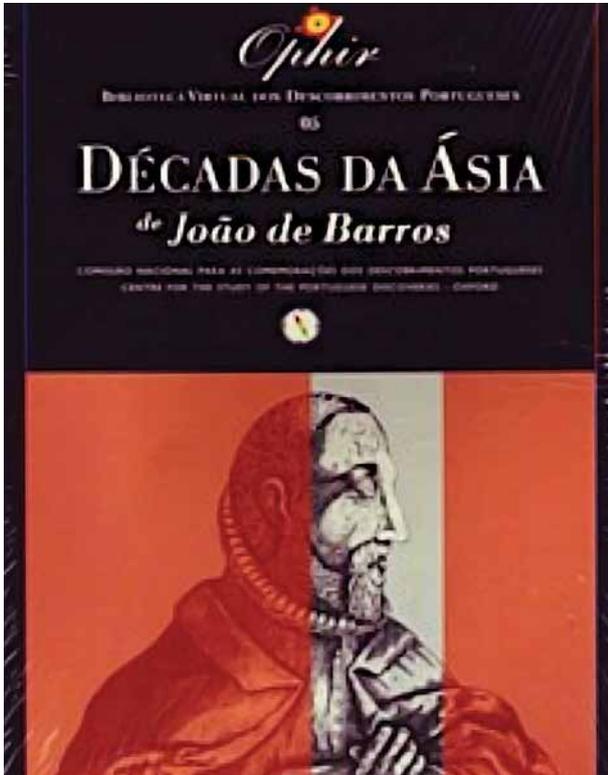
EPÍLOGO

João de Barros é um humanista, conhecedor da obra dos grandes humanistas europeus do seu tempo e dos grandes clássicos gregos e romanos, e nos seus textos é visível a crítica à forma como os cristãos novos eram tratados e a defesa de que deveriam ser evangelizados de forma pacífica.

A sua concepção da História do mundo tem como centro a expansão portuguesa, dividida em quatro partes: Europa, Ásia, África e Santa Cruz (América). De certa forma antecipa a ideia de História Mundo de Wallerstein¹⁰⁵, na medida em que os acontecimentos históricos não podem ser vistos isoladamente de todos os países influentes e, além disso, estando entre si relacionados e auferindo diferentes vantagens económicas.

O estilo literário de João de Barros, a pureza linguística, tanto lexical como morfológica, o vigor das suas narrativas, o realismo dos quadros descritos, bem como o rigor histórico e geográfico, é de tal ordem

HISTORIOGRAFIA



Décadas da Ásia de João de Barros - CD-ROM. Projecto conjunto da CNCDP com o Centro de Estudos dos Descobrimientos Portugueses da Universidade de Oxford.

excelente que muitos comentadores não hesitaram em o cognominar de Tito Lívio Português, o que não aconteceu por acaso. De facto, o historiador romano Tito Lívio (59AC-19DC) escreveu as *Décadas da História de Roma*, onde enalteceu os feitos gloriosos dos Romanos, num estilo literário considerado sublime, e numa narração histórica que o elevou ao altar da fama, tendo sido julgado digno dos maiores encómios da Europa culta do seu tempo e dos vindouros, mas de algumas críticas dos seus contemporâneos.

O pensamento de João de Barros é fortemente influenciado pelas ideias do seu tempo, nomeadamente de Erasmo e de Morus. Parece, em alguns aspectos, seguir uma linha de fronteira próxima da heresia sem renegar a fé católica. É, ao modo vicentino, contundente e cáustico, mordaz de *mitras e capelos*, isto é, do clero; e também o é de alguma nobreza. É próximo de amigos e familiares que a Inquisição não poupou. Na sua *Rópica* pisa mesmo o risco, arriscando doutrinas políticas e filosóficas de *contra-poder*, mas consegue, nessa e

noutras obras, esconder ou dissimular o seu verdadeiro pensamento, enquanto que noutras obras se revela catolicamente ortodoxo, o que lhe permite manter-se intocável pelos esbirros da Inquisição, cujos tentáculos cada vez mais actuavam como impedimento ao avanço do pensamento e da liberdade e, como força aniquiladora presente em toda a segunda metade do Reinado de D. João III, quando a ideologia fundamentalista da Roma de então e a da Corte Espanhola vingou, também, na Corte de Lisboa.

Algumas das suas obras foram objecto de críticas e até de sátiras pelos seus detractores, mas o certo é o que os poderes inquisitoriais não o molestaram, talvez pela forma dos seus escritos em que fala dos *males do século*, no sentido de os querer assinalar para os combater. As suas estreitas ligações ao poder instalado e as relações pessoais com o próprio Rei D. João III, a quem o ligavam laços de amizade construídos durante a infância e juventude vividas em comum, serviram-lhe de escudo.

É evidente que temos de entender o trabalho produzido à luz do tempo e das condições em que o autor o realizou. Decerto hoje seria diferente, não só por uma indicação mais concreta e exaustiva das fontes utilizadas, mas também, ainda, por um diferente entendimento do *Outro*. Há uma conflitualidade latente entre o eurocentrismo, a superioridade dos valores cristãos e os ensinamentos da cultura clássica que não deixam de ser o *sol* que ilumina a narração e os novos ideais de liberdade, igualdade e respeito que estavam emergindo na Europa reformista.

Apesar de não ter experienciado os locais e ambientes da expansão no Oriente, e o facto de ter vivido numa época caracterizada pelas censuras eclesial e estatal, não foram factos impeditivos de retratar a verdade com realismo. João de Barros é, sem dúvida, um notável historiador e um escritor que adoptou um estilo grave, com recurso a hipérboles e longos períodos alatinados, até nisso anunciando *Os Lusíadas*.

De todas as obras de João de Barros, sem dúvida que as mais estudadas têm sido as *Décadas*, nas quais encontramos referências à sua vida e a outras obras como a *Geografia* e o *Comércio*, que parece terem-se perdido para sempre.

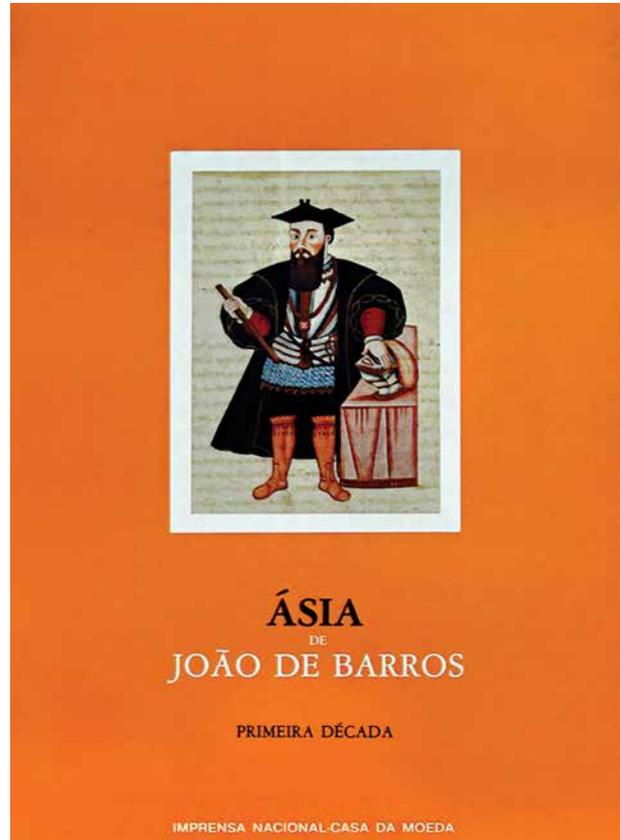
Das páginas das *Décadas da Ásia* repassam descrições objectivas, de um realismo impressionante. É uma narrativa cronológica, centrada em diversos actores e não apenas nos actores históricos principais,

HISTORIOGRAPHY

como vice-reis e governadores. Obras como as *Décadas* ocupavam na sociedade portuguesa daquele tempo um papel similar ao que posteriormente veio a caber à imprensa e noticiavam os acontecimentos importantes. Naturalmente, aqueles que não se viram incluídos nas *Décadas*, ou apesar de referidos não foram endeusados, foram críticos de João de Barros. Por outro lado, também são feitas considerações morais e filosóficas que revelam ter sido João de Barros um humanista influenciado pelo Renascimento, pela ideia de Pátria, pelo reforço do Estado e pelo emergente universalismo dos valores humanos que iriam vincar o nascente antropocentrismo.

Ainda relativamente às mesmas *Décadas da Ásia*, é importante apreciar não só o modo de escrita, isto é o estilo literário, mas também ter em atenção o lugar onde ela é realizada, sendo certo que o trabalho de Barros se efectuou em Lisboa e na Quinta da Ribeira de Alitém. Em qualquer dos casos, o autor estava longe dos locais onde os grandes acontecimentos narrados se processaram, mas viveu e trabalhou onde pôde contactar com muitas pessoas que viveram os Descobrimentos e lhe fizeram relatos orais, porque estiveram muito perto dos factos e em privilegiada posição em relação aos centros portugueses de poder no Oriente, como Cochim e Goa, onde algumas decisões fundamentais foram tomadas. E não só. Também teve acesso a documentos oficiais que lhe passaram *ex officio* pelas mãos e, se necessário, mesmo por determinação do poder reinante tinha acesso fácil à documentação necessária, nomeadamente na Torre do Tombo, na Livraria Régia e noutros arquivos. De qualquer forma, é curioso, no entanto, o facto comentado por Boxer¹⁰⁶, de Barros revelar mais exactidão do que aqueles cronistas que estiveram no Oriente, o que se explica pelo facto de, no que se refere ao Oriente, ter mandado buscar documentos e crónicas daqueles mesmos reinos, escritas nas suas próprias línguas. Acresce que João de Barros chegou a incumbir outras pessoas de recolherem informações sobre os lugares que visitavam.

Para o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam¹⁰⁷, João de Barros é o maior ideólogo da expansão marítima portuguesa, de que foi cronista oficioso. Mas, como já constatámos, também dava ouvidos aos críticos do seu tempo, no fundo, àqueles que sustentavam que os portugueses deviam ficar na ocidental casa ibérica ou quando muito dilatar o reino pelas terras norte



africanas, seguindo as pisadas dos seus ancestrais fenícios, cartagineses e romanos. Assumimos, por isso, que João de Barros, ao elogiar o Império Florido do Meio, está também a criticar certos aspectos da política portuguesa no Oriente, que nos tempos do rei Piedoso era muito diferente daquela que foi assumida pelo seu antecessor, o rei D. Manuel I, que apesar das muitas riquezas que geriu, legou um país exausto e à mercê do crescente poderio marítimo dos espanhóis, holandeses e ingleses, que passaram a substituir-se aos portugueses no Oriente.

As *Décadas* assinalaram feitos valorosos, gravaram o nome de heróis e, excepcionalmente, de alguns *malditos*, tendo inestimável valor como documento de interesse mundial relativamente a uma época. Algumas descrições geográficas, etnográficas e históricas de certos povos foram as primeiras registadas por europeus. E, além disso, é uma obra dotada de brilho literário e conseqüentemente marco e modelo linguístico da evolução da língua portuguesa. O autor revela dotes pedagógicos na sua narração, podendo, a título de

HISTORIOGRAFIA

exemplo, ver-se como explica a descrição geográfica do Reino de Guzarate, ou de Cambaia, através do uso da mão esquerda¹⁰⁸. O mesmo processo utiliza para discorrer sobre a costa asiática que se estende da Índia até ao litoral norte da China.

João de Barros deixou-nos um valioso testemunho sobre a História e a Geografia da Ásia, não só do seu tempo, mas também de períodos anteriores e relativamente a uma grande diversidade de países como, por exemplo, a Pérsia, actual Irão, o Sião, actual Tailândia, e o Império Florido do Meio, actual República Popular da China. É este último que sobremaneira nos interessa, uma vez que estamos escrevendo estas linhas em Macau, pequeno ponto na imensidão da China, mas prenhe de um simbolismo do tamanho da nossa *aldeia global*, para usarmos a expressão cunhada pelo jornalista e escritor canadiano Marshall McLuhan.

Apesar de nos ter descrito vários aspectos da China, João de Barros diz que irá voltar a este assunto e, por isso, as *outras coisas da grandeza desta terra e do seu governo e costumes, como dissemos, se guarda para os livros da Geografia; baste o dito para entendimento do que Fernão Peres aqui passou, de que queremos dar relação o mais breve que pudermos*¹⁰⁹.

A fama dos conhecimentos de João de Barros sobre o Oriente alastrou-se à Europa culta do seu tempo. E, por tudo isso, podemos, sem hesitações, concordar com aqueles que o integram entre os primeiros orientalistas portugueses e europeus¹¹⁰.

A profunda admiração europeia pelo Império Florido do Meio, continuamente também revelada por João de Barros, é comungada quase acriticamente por toda a constelação de intelectuais portugueses de seiscentos, podendo por isso mesmo, isto é, por o unanimismo *poder cegar*, recolocar-se a questão de se haver ou não projectado nas visões da China apenas refracções da realidade. E isto indo enfileirar numa corrente utópica generalizada na Europa, o que é indiciado na parte final do *Prólogo da Terceira Década*¹¹¹ em que o seu autor elogiou a utopia, como um processo eficaz e suave, através do qual se podem projectar mensagens na sociedade e nos seus líderes. De facto, a utopia, no pleno sentido semântico das raízes da palavra, isto é, *sem terra ou seja construção idealizada sem fundamentos reais*, tinha então sido usada por intelectuais como Tomás Moro (Thomas Morus 1478-1535) e fazia o seu caminho nas camadas intelectuais da Europa desse

tempo. Colocada a questão nestes termos¹¹² e reanalisado tudo o que fica dito neste artigo, parece poder concluir-se que as visões de João de Barros sobre a China são, no essencial, objectivas, embora com algumas imperfeições, falhas de pormenor no detalhe e até muita incompletude sobre a complexa realidade da civilização chinesa de seiscentos, em que, tal como hoje, para além do palco social da realidade, há que saber ver o poderoso mundo das sombras, muitas vezes mais relevante que a própria realidade aparente.

As imagens da China segundo João de Barros são essencialmente objectivas e pretendem ser reveladas como arquétipos da realidade a construir no reino Luso, com elas se pretendendo em alguns momentos desferir uma crítica velada e construtiva. A nosso ver, João de Barros não pretendeu assumir-se como contrário às Descobertas e Conquistas, nem contrário ao sistema ideológico então vigente em Portugal, mas sim um adepto do seu aperfeiçoamento e alinhamento com as novas ideias que então germinavam na Europa e começavam a florescer e frutificar, analisando e ponderando os argumentos dos críticos de forma velada.

João de Barros deve ser visto como um iluminado pelas correntes do pensamento renascentista e um lutador pelo humanismo e pela extrema honestidade, bem exemplificada nos finais da sua vida e nos comentários com que os seus contemporâneos o brindavam, em oposição à corrupção que também, já nesses tempos, era um cancro da sociedade. E estes seus ideais, bem como a defesa *do trono e do altar*, projectam-se nas visões da China, que pretendem conter mensagens subliminares que levassem os leitores a reflectir sobre os padrões que a cultura chinesa comportava e poderiam servir de modelos ao devir colectivo da *Res Publica Lusa*.

Encerramos esta narrativa com uma nota de insatisfação, pois apesar de ser um artigo relativamente extenso, ainda fica distante do completo tratamento do tema adoptado. Por um lado ficou imenso por dizer relativamente à vida e obra de João de Barros. E o mesmo se diga quanto às visões da China apresentadas pelo Príncipe dos Cronistas Portugueses do Oriente, que pode ser exemplificado em falhas como a histórica presença chinesa nas Molucas e noutras paragens a leste de Malaca, algumas lendas ou estórias com chineses incluídas nas *Décadas*, o aparato do cerimonial chinês e alguns outros aspectos, que seria fastidioso enumerar como remate de um texto afinal ainda não arrematado. **RC**

NOTAS

- 1 Ao longo deste artigo são feitas várias citações de excertos de obras escritas em português arcaico e que, para uma melhor compreensão por parte dos leitores, foram por nós transcritas e por vezes adaptadas para o português actual, segundo a norma ortográfica vigente em Macau. Sempre que se indiquem alguns termos ou expressões arcaicas, se necessário, o seu significado é indicado em nota de pé de página. As principais obras citadas são as *Décadas da Ásia* de João de Barros, nas seguintes edições: *Ásia de João de Barros – Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Década I*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Reedição de 1988; *Ásia de João de Barros – Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Década II*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Edição de 1974, reedição de 1988; *Ásia de João de Barros – Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente, Década III*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Reedição de 1992.
- 2 Por exemplo, no Império Romano, Plínio, o Velho, (23-79), na sua obra *História Natural* refere que em Roma já se vendiam produtos chineses como panos de seda e armas.
- 3 Barreto, Luís Filipe (2000) em *Lavrar o Mar: os Portugueses e a Ásia*, Comissão Nacional para as Celebrações dos Descobrimentos Portugueses, p.79.
- 4 João de Barros assumiu a missão de relatar os feitos dos portugueses para que se tornem conhecidos dos seus contemporâneos e fiquem gravados em papel, missão a que ele alude em várias passagens da sua obra, nomeadamente no Prólogo à *Década I* em que escreveu ter-se disposto a narrar o que eles fizeram nos descobrimento e conquista do Oriente, para não se perderem da memória dos homens que vierem depois de nós. (In *Ásia de João de Barros, Prólogo*, p. 2).
- 5 Faria, Manuel Severim, 1777-1778, *Vida de João de Barros e índice geral das quatro décadas da sua Ásia (1624)*. Nova ed. - Lisboa: Na Régia Officina Typografica, p.33 (Com edição autónoma, mas inicialmente integrada na obra *Escritos Políticos* vários.), in vol 9 da *Ásia de João de Barros e Diogo Couto*, Lisboa, afirma que, naquele tempo, os reis de Portugal tinham muitos homens assalariados práticos nas principais línguas do Oriente pelo que era fácil a João de Barros ter acesso aos serviços de intérpretes.
- 6 Faria, Manuel Severim, ob. cit. p. 34.
- 7 Barreto, Luís Filipe (2000, p.79), refere o seguinte: João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo do Couto e Gaspar Correia (...) são as figuras mais salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil na Ásia.
- 8 Severim de Faria afirma, em várias partes da sua obra sobre João de Barros, que os reis apreciaram o talento e a escrita de Barros e que os seus livros eram, na época, muito procurados e que os poucos que existiam atingiam preços muito elevados.
- 9 É a data seguida por vários autores que, principal ou incidentalmente versaram a vida de João de Barros, entre os quais se podem citar os seguintes: (1) Faria, Manuel Severim *Vida de João de Barros*; (2) Baião, António, *Introdução à Primeira Década* (1932); (3) Lapa, M. Rodrigues, no *Prefácio aos Panegíricos de João de Barros*, publicado em 1937 na *Colecção Clássicos Sá da Costa*; (4) Boxer, Charles R., *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian of Asia*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1981. Esta obra está desde 2002 publicada em língua portuguesa, em edição do Centro de Estudos do Sudeste Asiático (CEPSA), organizada por Teotónio R. de Souza.
- 10 Coelho, António B., *Tudo é Mercadoria, Sobre o Percurso e a obra de João de Barros*, Editorial Caminho, Lisboa, 1992, pp. 17 e 151. Ver também a obra referida no corpo do estudo e na nota seguinte da autoria de D. Carolina Micaellis de Vasconcellos.
- 11 O mistério da data e local do seu nascimento ainda hoje não foi totalmente decifrado, havendo quem considere ser ele natural de Braga enquanto outros sustentam ser natural de Pombal, em cujas proximidades teve a Quinta em que viveu alguns períodos da sua vida e aonde viria a falecer. Porém, a tese que tem vindo a apresentar mais consistência defende que a sua terra natal é Viseu, por ser o local onde o pai se encontrava a trabalhar na data do nascimento, e pela referência feita pelo próprio a este propósito no *Panegírico da Infanta Dona Maria*, conforme argutamente foi salientado por D. Carolina Micaellis de Vasconcellos, na sua famosa obra *A Infanta D. Maria de Portugal, 1521-1571*, e as suas damas, publicada no Porto, no já distante ano de 1902.
- 12 Baião, António in *Introdução à Primeira Década*, p.VIII.
- 13 Grécia Antiga principalmente Homero, Platão e Aristóteles e na Roma Imperial Tito Lívio, Salústio, Suetónio e Plínio o Velho.
- 14 Dos vários estudos sobre a vida e a obra de J. de Barros perpassa a ideia de que se trata de um homem íntegro que nunca se aproveitou dos cargos que ocupou para enriquecer e que, por isso, não fez fortuna. É o próprio Barros que, no *Diálogo da Viciosa Vergonha*, critica os pais que cometem excessos só para deixarem os seus filhos ricos, mas não herdados de bons costumes. No *Prólogo da Década IV* também se desculpa por não deixar riqueza material à sua prole.
- 15 Severim de Faria (ob. cit, p.62) refere que se Barros não deixou grandes heranças a seus descendentes, nem por isso se devem eles ter por menos afortunados porque (...) não podiam os filhos de João de Barros ter uma maior honra do que terem tal pai; o qual por suas ilustres obras é tão insigne no Mundo, que lhe podem ter inveja muitos poderosos. Severim de Faria indica as datas e o cargo referidos no texto. Charles Boxer contradita como errónea a afirmação de ter sido nomeado capitão e governador da referida fortaleza devido ao facto de não ter sido encontrado o documento de nomeação e também tendo em conta a sua inexperiência e pouca idade. Curiosamente Ana Buescu (<http://www.fchsh.unl.pt/cham/eve/content.php?idConceito=762&type=concept>, consultado em 15/04/2014) afirma que ele foi nomeado, esteve em S. Jorge da Mina mas não exerceu o cargo. Seja como for João de Barros esteve na Mina, dando conta dessa viagem na *Década terceira*, Livro III, Cap. I, relatando que a certa altura o barco estremeceu devido a um peixe tão grande que nem 20 homens o conseguiam puxar para o convés, aludindo também a um outro peixe que foi encontrado pela nau de D. Duarte Lima e que Barros diz ser ainda maior, talvez um peixe agulha. As funções de Feitor da Casa da Índia eram de excepcional responsabilidade, como se pode constatar no *Regimento da Casa da Índia*, tendo de, permanentemente, informar o rei das mercadorias que as várias feitorias deviam comprar e vender, e bem assim controlar, ao mais elevado nível, as existências em armazém e os movimentos de tesouraria dessa Instituição Régia, denominada Casa da Índia, que funcionava nos baixos (rés do chão) do Paço da Ribeira onde ele passara grande parte da sua juventude.
- 16 Lapa, Rodrigues no *Prefácio dos Panegíricos* (*Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria*, p.12), afirma que pelo ano de 1530 grassava em Lisboa a peste, o que obrigou os moradores abastados a procurar os ares mais salubres dos campos.
- 17 João de Barros casou, por volta de 1520, com Dona Maria de Almeida, senhora de uma família nobre de Pombal. Após a morte do sogro, recebeu, de herança, as terras da Ribeira de Alitém ou Litem. De 1529 a finais de 1533, terá vivido nessa quinta também chamada Quinta de São Lourenço da Ribeira de Alitém e aí terá escrito ou aperfeiçoado algumas das suas mais importantes obras. Regressou a Alitém em

HISTORIOGRAFIA

- 1567 e veio a falecer aí em 1570. Após a morte de João de Barros a Quinta conheceu vários donos e, actualmente, já não há vestígios das edificações então aí existentes.
- 18 Em carta, datada de 25 de Maio de 1531, dirigida a Duarte de Resende, o próprio João de Barros descreve essa quinta como ermo, onde a peste, tremores de terra e grandes invernadas me tinham cercado com enfadamento, citada no Prólogo à obra referida na nota de rodapé 5, p. XVII. Anote-se, como curiosidade, que Alitém se situa não muito longe de outras quintas que ficaram famosas pelos vultos que nelas viveram, como a Tapada de Sá de Miranda ou Vale de Lobos de Alexandre Herculano.
- 19 A légua era uma unidade de medida equivalente a cerca de 5,5 Km.
- 20 Lapa, Rodrigues, ob. cit., p. 23.
- 21 Coelho, António B. ob. cit., p. 65.
- 22 Barros, João de. *Dédada I*, ob. cit., p. IV.
- 23 Barros, João de. *Primeira Parte da Chronica de Emperador Clarimundo*, donde os Reys de Portugal descendem. Lisboa: Germão de Galharde, 1522. Posteriormente foi publicada, em Lisboa, por António Alvarez, 1601.
- 24 Barros, João de, *Panegíricos Texto Restituído, Prefácio e Notas* pelo Prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, ob. cit. p. 3.
- 25 A ideia de justiça aqui expressa coincide com a do jurista romano Domicio Ulpiano (cerca de 170-224) o qual afirmava que a justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um aquilo que é seu (*justitia est constans et perpetua voluntas jus sui cuique tribure*). Para este jurista natural da Síria, os três princípios basilares do direito eram, além do referido, viver honestamente e não prejudicar ninguém.
- 26 Asinha é uma palavra do português arcaico que significa depressa.
- 27 Lapa, Rodrigues, ob. cit. p. 169.
- 28 Cidade, Hernâni, *Portugal Histórico Cultural*, Lisboa, 1968, p. 141.
- 29 Esta obra publicada em 1532 acabaria por, em 1581, ser incluída no *Index Librorum Prohibiturum* e assim proibida a sua livre circulação pelo Tribunal da Inquisição.
- 30 Também designados por pecados capitais, consistem em ofensas graves aos princípios fundamentais da doutrina cristã. São os seguintes: soberba, avareza, luxúria, inveja, gula, ira e preguiça.
- 31 Para a História da Cultura em Portugal, dois volumes, 1962.
- 32 Obra citada no texto, 1962, pp. 95-109. Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *Humanismo e Direito em Portugal no Século XVI*, Lisboa, Tip. E.N.P., 1964.
- 33 Buescu, M. Leonor C., ob. citada, 1996, p.52, chama a atenção para alguma confusão de identificação das obras *Cartinha* e *Gramática* visto que o rosto da primeira oferece a titulação de *Gramática*.
- 33a. Buescu, Ana Isabel, *Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros* in *Oceanus*, no. 27, João de Barros e o Cosmopolitismo do Renascimento. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa.
- 34 Boxer, Charles, ob. cit. p. 84.
- 35 O Padre Francisco Xavier embarcou em Belém com destino ao Oriente, no dia em que fazia 35 anos (7 de Abril de 1541) na nau Santiago, trazendo alguns livros no valor de cem cruzados, tudo indicando que entre estes estaria a *Cartilha-Catecismo* de João de Barros. Xavier foi canonizado em 1622.
- 36 Boxer, Charles, ob. cit., p.84.
- 37 Ob. cit. p. 91.
- 38 ... conquistar, navegar, tratar com todalas outras indústrias que Satanás inventou, In Boxer, Charles R., *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1981, p.91.
- 39 In, Loureiro, 2000, ob. cit., p.450.
- 40 História Espelho é um conceito segundo o qual o historiador está obrigado a modelar o seu trabalho para padrões éticos de forma a que narrativa do passado possa servir de modelo aos vindouros e seja razão de exaltação patriótica Para isso devia ocultar ou minimizar os feitos degradantes ou imorais que não deviam ser apresentados como modelo de acção. Este modelo foi adoptado na China pelos historiadores da Dinastia Han e depois seguido no futuro. A história devia, assim, ser padronizada pela ética e ter propósitos pedagógicos.
- 41 Sima Qian, o primeiro historiador da China, que viveu durante a Dinastia Han, escreveu *Memórias Históricas*.
- 42 Página oficial da Freguesia de Santiago de Litém (consultada em 17-01-2014)
- 43 Faria, Manuel Severim, ob. cit. p. 17.
- 44 Caminho difícil será descortinar se partes dessas obras, especialmente da Geografia, escrita em Latim, não terão sido indevidamente apropriadas por outros autores, incorporando-as em obras suas, pormenor que se refere por mera hipótese académica, mas porque parece existirem alguns indícios nesse sentido.
- 45 É evidente que o ano referido por Barros tem de ser ajustado para 1460, uma vez que no seu tempo ainda não vigorava o actual Calendário Gregoriano.
- 46 Neste sentido ver Loureiro, Rui Manuel, *Fidalgos, Missionários e Mandarins, Portugal e a China no Século XVI*, Fundação Oriente, Lisboa, 2000, p.452.
- 47 Barros, João de, *Ásia, Década I*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P., 1988, Reimpressão da Quarta Edição revista e prefaciada por António Baião, conforme a Edição Princesps, p.1.
- 48 Barros, João de, *Ásia*, ob. cit., Fo.2.
- 49 *Ibidem*, com a grafia actualizada, o que vai acontecer em quase todas as demais citações de obras antigas.
- 50 Barros, João de, *Ásia*, ob. cit., Fo.4.
- 51 A este propósito Severim de Faria afirma que, apesar da exigência e responsabilidade das suas funções e da grandiosidade da sua missão de relatar os feitos dos portugueses, Barros desempenhou ambas as actividades com igual persistência e perfeição e acrescenta ainda que apesar dos desaires com os negócios não esmoreceu nem se desviou da missão que tinha escolhido para si próprio.
- 52 Barros, João, *Década I*, Livro 9, Capítulo 2, Fo.321.
- 53 In, Loureiro, Rui Manuel, ob. Cit, p.452.
- 54 Vide Loureiro, Rui Manuel, ob. cit., p.596 e segts.
- 55 Adiante será melhor esmiuçado o conteúdo desta *Década* (vide Visão quinhentista da China segundo João de Barros).
- 56 Barros, ob. cit., p. 10, onde o autor escreve ...E de todas estas partes da milícia, esta Oriental fornece ao presente no ano de mil quinhentos e trinta e nove onde acabamos de cerrar o número de quarenta livros que compõem as quatro *Décadas*...
- 57 Para esse efeito Jerónimo de Barros recebeu incentivos e até apoio de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, últimos monarcas da Dinastia de Aviz.
- 58 No essencial seguiu-se sobre esta matéria o estudo de Boxer, Charles R., *João de Barros: Humanista Português e Historiador da Ásia*, publicado pelo Centro Português de Estudos do este Asiático (CEPESA), 2002.
- 59 Estrabão (cerca de 63 AC a 21 DC) foi um famoso filósofo, historiador e geógrafo grego de nascimento e romano por ter vivido no âmbito do Império Romano. Como filósofo estóico e como historiador continuou os trabalhos de Políbio. A sua obra geográfica, juntamente com a de Ptolomeu, foi uma das mais influentes na Antiguidade e na Idade Média.
- 60 Boxer, Charles R., ob. cit. p. 128.
- 61 A análise apresentada tem por base a obra de João de Barros, *Décadas da Ásia I, II e especialmente a III*, publicadas pela primeira vez em 1552, 1557 e 1563 respectivamente.
- 62 Ver Mackerras, Colin, *Western Images of China*, Oxford University Press, New York, 1999, pp. 1-2.
- 63 Mackerras, Colin ob. cit. pp.25-26.

HISTORIOGRAPHY

- 64 Fernão Peres de Andrade era o capitão da armada que levou a Cantão Tomé Pires, o qual encabeçava a primeira embaixada do Rei de Portugal, enviada à China. Mais tarde foi Provedor dos Armazéns de Lisboa e das Armadas, onde trabalhava sob a orientação de João de Barros.
- 65 Além destes havia prisioneiros, serviçais e escravos a quem eram atribuídos os trabalhos mais duros ou mais arriscados.
- 66 Barros, Década III, Livro 5, Capítulo I, Fo. 157 verso.
- 67 Cauchinchina ou Choco China é uma palavra resultante da justaposição de Cochim e China, significando assim tratar-se de um grandes empórios comerciais asiáticos desses tempos.
- 68 Barros, João, Terceira Década, Livro Segundo, Capítulo VI.
- 69 Da Ásia de João de Barros, p.190. Ochioi talvez corresponda à cidade de Jiayu.
- 70 A palavra tanca (gente do mar) – será resultado de um equívoco de Barros? Assim parece entender Rui Loureiro, no entanto, temos muitas dúvidas.
- 71 In Barros, João de, Década III, Livro II, Capítulo VII, p. 44, verso da edição citada. A Grande Muralha está tradicionalmente ligada a Qin Shi Huangdi, o primeiro imperador da China, indo desde a actual Província de Gansu até à região extremo oriental da Península de Liaodong. Mas vários troços desta muralha já preexistiam, pelo menos desde a Dinastia Zhou, e foram sendo reconstruídos, melhorados e acrescentados ao longo do tempo, especialmente nas dinastias Han, Sui e Ming, sendo esta a dinastia reinante ao tempo em que Barros escreveu. O principal objectivo da Grande Muralha era deter a constante onda migrante e as invasões bélicas dos povos nómadas da estepe que geralmente são designados por hunos e integravam diversos povos com diferentes normas ao longo do decurso do tempo. As duas altíssimas serras referidas por Barros ladeiam a planície e o vale do rio Wei. Curiosamente João de Barros, que nunca esteve na China, assinala a importância da Grande Muralha e Marco Polo, que afirma ter aí estado, não se refere a esta importante obra que ainda hoje maravilha os visitantes do Norte da China, mas foi relativamente ineficaz de acordo com a visão histórica construída numa perspectiva de longa duração.
- 72 In Barros, João de, Década Terceira, Livro II, Capítulo VII, p. 45, verso da edição citada.
- 73 Década III, Livro II, Capítulo VII, p. 191.
- 74 Note-se que este deslumbamento de Barros, comungado por muitos europeus, vai ter uma enorme influência no iluminismo.
- 75 Cada milha tem um pouco mais de 1.600 metros. Consequentemente a extensão da muralha de Cantão seria de cerca de 5 Km.
- 76 Barros, João de, Década III, ob. cit., fo. 48.
- 77 Ibibem.
- 78 Barros, João de, Década III, ob. cit. fo. 45.
- 79 Barros, João de, Década III, ob. cit. fo. 47 verso.
- 80 Barros, João de, Década III, ob. cit. fo. 47 verso.
- 81 Sertão é a expressão usualmente empregue pelos portugueses de quinhentos para designar as terras interiores nos novos países descobertos.
- 82 Barros, João de, Década III, ob. cit. fos. 46 verso e 47 verso.
- 83 Barros, João de, Década III, ob. cit. fo. 47.
- 84 Bobos, jograis.
- 85 Barros, João de, Década III, Livro 2, Capítulo 7, fo. 47.
- 86 Liteiras.
- 87 Barros, João de, Década III, Livro 2, Capítulo 7, fo. 47 verso.
- 88 Revestimento dos navios com uma argamassa especialmente preparada para este feito. Ver Barros, Terceira Década, fl.52.
- 89 Barros, João de, Década III, Livro 2, Capítulo 7, fo. 47 verso.
- 90 Barros, João de, Década III, Livro 2, Capítulo 7, fo. 47.
- 91 Barros, João de, Década III, Livro 2, Capítulo 7, fos. 45 e 46.
- 92 Javaneses.
- 93 Década III, Livro 2, Cap. 6.
- 94 Actual Sri Lanka.
- 95 Agora parte da cidade indiana de Chennai.
- 96 Década III, livro 2, cap. 1.
- 97 Refere-se a Plínio o Velho.
- 98 João de Barros chama fábula a esta história de deuses, semi-deuses, ninfas, heróis e monstros que integra a mitologia grega.
- 99 Barros, João de, Década III, Livro 7, Capítulo I, fo. 25.
- 100 De facto sabemos que nos finais do século XIII e princípios do seguinte o comércio marítimo da China teve alguns desenvolvimentos nessas paragens, tendo tido o seu auge nos inícios da Dinastia Ming, com as famosas viagens do almirante Zheng He.
- 101 Pegu na actual Birmânia (Burma) foi um reino asiático, a que os portugueses estiveram muito ligados. De tal forma que três portugueses chegaram a ser reis desse país. Vide, i.a., Taprobana e mais Além de Benjamim Videira Pires. João de Barros refere-se à lenda relativa à origem dos povos do Pegu.
- 102 Ava é um extinto reino situado na antiga Birmânia, actual Myanmar. Este reino foi fundado em 1364 e existiu até 1542.
- 103 Era a integração tributária desses povos no sistema tributário chinês.
- 104 De facto a partir da parte final do reinado do segundo imperador da dinastia Ming a China fechou-se à navegação marítima com o exterior.
- 105 Immanuel Maurice Wallenstein (1930-) é um sociólogo e historiador norte-americano a quem se deve a fundação da teoria do sistema mundo, segundo a qual os fenómenos históricos devem ser vistos numa perspectiva mundial das relações económicas de produção. De acordo com essa doutrina os países estão hierarquizados em 3 grupos: centrais, periféricos e semi-periféricos. Os produtos de mais valor são fabricados nos países centrais, os periféricos produzem artigos de baixo valor e matérias primas e os semi-periféricos são os países que se comportam como periféricos para os centrais e centrais para os periféricos. Trata-se pois de um sistema de análise histórica muito influenciada pelo marxismo.
- 106 Boxer, Charles Ralph, João de Barros, Humanista Português e Historiador da Ásia, CEPESA, 2002.
- 107 O Império Asiático Português, 1500-1700, Uma História Política e Económica, s/d, p.70.
- 108 Barros, João de, Década III, Livro V, Capítulo I, fo. 274.
- 109 Barros, João de, Década III, Livro II, Capítulo 7, fo. 204 verso.
- 110 Ver Loureiro, ob. cit., 2000, p.457 e, citado por este, Lach, Donald F., Asia in the Making of Europe, vol. 2, Livro 2, pp. 225-229.
- 111 João de Barros escreveu que Fábula Moderna é a Utopia de Tomás Moro, mas nela quis ele doutrinar os ingleses como se haviam de governar. E acrescenta que este processo literário, usado por exemplo por Esopo, deve ser seguido por ter uma utilidade de lição, e quando assim não é perde-se tempo e obtêm-se resultados negativos, invocando a este propósito um verso de Persio, certamente Aulo Persio Flaco (34-62), poeta satírico romano.
- 112 Ver Oliveira, Francisco Roque de Oliveira, China: Utopia ou Distopia? Interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI, Comunicação apresentada no XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, na Universidade de Barcelona, em 2-7 de Maio de 2016. No resumo deste texto o autor escreveu que uma das interpretações mais divulgadas é aquela que entende que as informações de raiz portuguesa - mas também espanhola - sobre a China desde cedo se fixaram em verdadeiros topoi do país perfeito, traduzindo uma visão utópica ou maravilhosa do país, presa ao longo de décadas à herança de Marco Polo, e prenunciando o "mito chinês" glosado pelas Luzes.